



Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A | Resultados de 2017

**Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A**

**Relatório da Administração e  
Demonstrações Financeiras de 2017**

## Relatório da Administração

A Administração da Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (“Energisa Borborema” ou “Companhia”) apresenta os fatos e eventos marcantes do exercício de 2017, acompanhados das Demonstrações Financeiras correspondentes, preparadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS). Essas demonstrações foram revisadas e aprovadas pela Diretoria em 14 de março de 2018.

### 1 Considerações gerais

Presente nos municípios de Campina Grande, Lagoa Seca, Queimadas, Fagundes, Massaranduba e Boa Vista, no estado da Paraíba, a Energisa Borborema atende a aproximadamente 210 mil consumidores.

Em 2017, a Companhia mais uma vez foi reconhecida pelo empenho na prestação de serviço de qualidade aos seus consumidores. Em pesquisa realizada pela Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia Elétrica (“Abradee”), a Energisa Borborema recebeu duas premiações no Prêmio Abradee 2017: “Melhor Empresa em Responsabilidade Social” e “Melhor Empresa em Gestão Operacional” na sua categoria. No ano, o Índice de Satisfação da Qualidade Percebida (ISQP) foi de 83,3%, enquanto a média nacional de 76,8%.

### 2 Investimentos

Com foco em obras que visam à melhoria da qualidade dos serviços prestados, regularização, construção de redes e ligação de novos clientes, a Energisa Borborema investiu ao longo dos últimos três anos R\$ 88,0 milhões, dos quais R\$ 14,3 milhões em 2017, contra R\$ 16,1 milhões em 2016. A composição dos investimentos no quarto trimestre e em 2017 é a seguinte:

Descrição Valore em R\$ milhões	4T17	4T16	Var. %	2017	2016	Var. %
Ativos Elétricos	2,8	2,1	+ 33,3	11,2	11,6	- 3,4
Obrigações Especiais <sup>(1)</sup>	1,2	0,1	+ 1.100,0	2,1	2,1	-
Ativos Não Elétricos	0,5	0,5	-	1,0	2,4	- 58,3
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>4,5</b>	<b>2,7</b>	<b>+ 66,7</b>	<b>14,3</b>	<b>16,1</b>	<b>- 11,2</b>

<sup>(1)</sup> As “Obrigações Especiais” são recursos aportados pela União, Estados, Municípios e Consumidores para a concessão e não compõe a Base de Remuneração Regulatória da distribuidora.

Entre as realizações em 2017, destacam-se:

- programa de investimentos no sistema de distribuição de média e alta tensão, associados à melhoria da qualidade do produto e do serviço;
- conclusão da obra da subestação Borborema 69/13,8 kV - 22,5 MVA e da linha de distribuição de 69 kV associada; e
- conclusão da obra de adequação da subestação 69/13,8 kV - 35,0 MVA Campina Grande I.

O quadro a seguir apresenta a evolução dos principais ativos operacionais da Companhia no ano:

Descrição do ativo	2017	2016	Acréscimo
Subestações - nº	8	8	-
Capacidade instalada nas subestações - MVA	185	193	- 8,0
Linhas de transmissão - km	45	45	-
Redes de distribuição (próprias) - km	5.527	5.271	+ 256,0
Transformadores instalados nas redes de distribuição - nº	4.433	4.328	+ 105,0
Capacidade instalada nas redes de distribuição (próprias) - MVA	198	190	+ 8,0

### 3 Desempenho econômico-financeiro

#### 3.1 Destaques

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia em 2017:

Descrição	2017	2016	Variação %
<b>Resultados - R\$ milhões</b>			
Receita Operacional Bruta	400,0	367,6	+ 8,8
Receita Operacional Bruta, sem receita de construção	387,5	352,6	+ 9,9
Receita Operacional Líquida	253,0	224,7	+ 12,6
Receita Operacional Líquida, sem receita de construção	240,5	209,7	+ 14,7
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	39,0	20,0	+ 95,0
EBITDA	43,8	27,2	+ 61,0
EBITDA Ajustado	47,8	31,7	+ 50,8
Resultado financeiro	(0,8)	(1,5)	- 46,7
Lucro Líquido	30,7	16,9	+ 81,7
<b>Indicadores Financeiros - R\$ milhões</b>			
Ativo Total	352,6	261,2	+ 35,0
Caixa/Equivalentes de Caixa/Aplicações Financeiras	81,8	27,1	+ 201,8
Patrimônio Líquido	126,5	115,6	+ 9,4
Endividamento Líquido	33,4	41,7	- 19,9
<b>Indicadores Operacionais</b>			
Número de Consumidores Cativos (mil)	210,0	208,6	+ 0,7
Vendas de energia a consumidores cativos (GWh)	549,3	602,0	- 8,8
Vendas de energia a consumidores cativos + livres (TUSD) - GWh	634,2	620,8	+ 2,2
<b>Indicador Relativo</b>			
EBITDA Ajustado/Receita Líquida (%)	18,9	14,1	+ 4,8 p.p
Endividamento Líquido/EBITDA Ajustado (vezes)	0,7	1,3	- 46,2

Obs.: EBITDA Ajustado: EBITDA mais acréscimos moratórios de contas de energia.

### 3.2 Receita operacional bruta e líquida

Em 2017, a Energisa Borborema apresentou receita operacional bruta, sem a receita de construção que é atribuída margem zero, de R\$ 387,5 milhões contra R\$ 352,6 milhões registrados em 2016, aumento de 9,9% (R\$ 34,9 milhões). A receita operacional líquida, também deduzida da receita de construção, mostrou acréscimo de 14,7% (R\$ 30,8 milhões) no ano, para R\$ 240,5 milhões. A seguir, as receitas operacionais por classe de consumo:

Descrição	Trimestre			Exercício		
	4T17	4T16	Var. %	2017	2016	Var. %
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	79,2	76,8	+ 3,1	302,4	321,3	- 5,9
✓ Residencial	37,1	34,7	+ 6,9	143,0	140,0	+ 2,1
✓ Industrial	9,0	10,7	- 15,9	33,3	56,6	- 41,2
✓ Comercial	21,4	20,4	+ 4,9	81,7	83,5	- 2,2
✓ Rural	2,6	2,4	+ 8,3	9,6	9,4	+ 2,1
✓ Outras classes	9,1	8,6	+ 5,8	34,8	31,8	+ 9,4
(+) Suprimento de energia elétrica	5,1	8,0	- 36,3	39,5	29,7	+ 33,0
(+) Fornecimento não faturado líquido	1,5	1,0	+ 50,0	0,6	(0,6)	-
(+) Disponibilidade do sistema elétrico	2,9	1,6	+ 81,3	11,1	2,3	+ 382,6
(+) Receitas de construção	3,5	2,8	+ 25,0	12,5	15,0	- 16,7
(+) Constituição e amortização - CVA	4,5	1,7	+ 164,7	13,8	(16,4)	-
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	4,2	3,6	+ 16,7	16,1	13,2	+ 22,0
(+) Ativo financeiro indenizável da concessão	2,1	0,2	+ 950,0	2,5	1,4	+ 78,6
(+) Outras receitas	0,1	0,3	- 66,7	1,5	1,7	- 11,8
<b>(=) Receita bruta</b>	<b>103,1</b>	<b>96,0</b>	<b>+ 7,4</b>	<b>400,0</b>	<b>367,6</b>	<b>+ 8,8</b>
(-) Impostos sobre vendas	28,8	27,6	+ 4,3	111,2	111,8	- 0,5
(-) Deduções bandeiras tarifárias	3,0	0,7	+ 328,6	8,4	0,7	+ 1.100,0
(-) Encargos setoriais	6,6	7,7	- 14,3	27,4	30,4	- 9,9
<b>(=) Receita líquida</b>	<b>64,7</b>	<b>60,0</b>	<b>+ 7,8</b>	<b>253,0</b>	<b>224,7</b>	<b>+ 12,6</b>
(-) Receitas de construção	3,5	2,8	+ 25,0	12,5	15,0	- 16,7
<b>(=) Receita líquida, sem receitas de construção</b>	<b>61,2</b>	<b>57,2</b>	<b>+ 7,0</b>	<b>240,5</b>	<b>209,7</b>	<b>+ 14,7</b>

Dentre os fatores que impactaram as receitas se destacam: i) acréscimo de 0,7% no número de consumidores e o aumento de 2,2% do consumo no mercado cativo e livre (aumento de 0,9% no 4T17), conforme mencionados no item 4.4 deste relatório; ii) constituição de receita no valor de R\$ 13,8 milhões em 2017 (R\$ 4,5 milhões no 4T17) em decorrência de reconhecimento de ativos e passivos financeiros regulatórios, contra amortização de despesas de ativos e passivos regulatórios no montante de R\$ 16,4 milhões em 2016 (receitas de R\$ 1,7 milhão no 4T16); e iii) constituição de ativo financeiro indenizável no valor de R\$ 2,5 milhões em 2017 (R\$ 2,1 milhões no 4T17).

### 3.3 Ambiente regulatório

#### 3.3.1 Bandeiras tarifárias

Em janeiro de 2015 entrou em vigor o "Sistema de Bandeiras Tarifárias", que repassa automaticamente ao consumidor final o custo incorrido pela distribuidora sempre que a compra de energia for afetada pelo despacho termelétrico de maior custo, diminuindo o carregamento financeiro entre os reajustes tarifários.

O funcionamento das bandeiras tarifárias é representado pelas cores verde, amarela ou vermelha, que indicam se a energia custará mais ou menos em função das condições de geração de eletricidade. Em 24 de outubro de 2017, a Aneel aprovou as novas tarifas adicionais de bandeira, que vigorarão a partir de novembro deste ano: i) Bandeira Tarifária Verde: sem cobrança adicional (condições favoráveis de geração); ii) Bandeira Tarifária Amarela: R\$ 2,00 a cada 100 (kWh); iii) Bandeira Tarifária Vermelha - Patamar 1: R\$ 3,00 a cada 100 (kWh); e iv) Bandeira Tarifária Vermelha - Patamar 2: R\$ 5,00 a cada 100 (kWh)

Em 2017, as receitas auferidas pela EBO provenientes das bandeiras tarifárias totalizaram R\$ 2,9 milhões, contra R\$ 5,2 milhões em 2016.

### 3.3.2 Reajuste tarifário anual e revisão tarifária

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“Aneel”) aprovou, em 31 de janeiro de 2017, a 4ª revisão tarifária periódica da Energisa Borborema, aplicada a partir de 4 de fevereiro de 2017. O efeito médio percebido pelos consumidores em relação à tarifa anteriormente praticada representou aumento de 0,43%, sendo 5,44% para os consumidores atendidos em alta e média tensão e redução de 1,97% para os consumidores atendidos em baixa tensão.

O valor da “Parcela B”, sem ajustes, foi homologado em R\$ 77,0 milhões, composto, principalmente, por custos operacionais anuais de R\$ 48,4 milhões, remuneração do capital de R\$ 17,0 milhões e quota de reintegração regulatória de R\$ 6,5 milhões, dentre outros. Após a consideração do índice de produtividade e a melhoria da qualidade no fornecimento de energia observado entre 2014 e 2015, e da dedução de outras receitas, o valor final da Parcela B atingiu R\$ 74,8 milhões. Os componentes da remuneração do capital e da quota de reintegração regulatória são oriundos da “Base de Remuneração Regulatória”, que ficou assim definida: R\$ 168,6 milhões para a base bruta e R\$ 117,7 milhões para a líquida.

A Aneel também estabeleceu as parcelas relativas ao Fator X da Energisa Borborema em 1,15% (componente “Pd” - ganhos de produtividade) e 0,55% (componente “T” - trajetória de adequação de custos operacionais). A esses percentuais ainda deverá ser somado ou subtraído o componente “Q” (incentivo à qualidade), a ser definido anualmente nos reajustes tarifários. Adicionalmente, em relação ao reconhecimento de perdas, ficou definido em 6,01% o patamar de perdas técnicas sobre a energia injetada. Em relação às perdas não técnicas sobre o mercado de baixa tensão, foi definida em 2,59%, sem trajetória de redução até o final deste ciclo tarifário.

### 3.3.3 Recursos da Conta de Desenvolvimento Energético

A Aneel também homologou recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), repassados a Energisa Borborema pelas Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobras, referentes a subsídios tarifários concedidos aos consumidores de baixa renda e usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica no montante de R\$ 16,1 milhões em 2017 (R\$ 13,2 milhões em 2016). O valor foi registrado pela Companhia como receita operacional.

### 3.4 Despesas operacionais

As despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 214,0 milhões em 2017 e R\$ 53,9 milhões no 4T17, crescimento de 4,5% (R\$ 9,2 milhões) e aumento de 1,1% (R\$ 0,6 milhão) respectivamente, quando comparadas com os mesmos períodos do ano anterior. Desse total, as despesas controláveis, com PMSO, cresceram 4,8% ou R\$ 1,8 milhão (redução de 1,6% ou R\$ 0,2 milhão no 4T17), totalizando R\$ 39,4 milhões (R\$ 12,1 milhões no 4T17). As despesas não controláveis cresceram 9,2% em 2017 (redução de 8,3% no 4T17), totalizando R\$ 157,3 milhões (R\$ 37,8 milhões no 4T17). A composição das despesas operacionais pode ser assim demonstrada:

Composição das despesas operacionais Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T17	4T16	Var. %	2017	2016	Var. %
<b>1 Custos e Despesas não controláveis</b>	<b>37,8</b>	<b>41,2</b>	<b>- 8,3</b>	<b>157,3</b>	<b>144,1</b>	<b>+ 9,2</b>
1.1 Energia comprada	33,6	35,8	- 6,1	140,7	128,6	+ 9,4
1.2 Transporte de potência elétrica	4,2	5,4	- 22,2	16,6	15,5	+ 7,1
<b>2 Custos e Despesas controláveis</b>	<b>11,9</b>	<b>7,3</b>	<b>+ 63,0</b>	<b>38,0</b>	<b>37,2</b>	<b>+ 2,2</b>
<b>2.1 PMSO</b>	<b>12,1</b>	<b>12,3</b>	<b>- 1,6</b>	<b>39,4</b>	<b>37,6</b>	<b>+ 4,8</b>
2.1.1 Pessoal	6,6	6,2	+ 6,5	20,1	17,3	+ 16,2
2.1.2 Fundo de pensão	0,1	-	-	0,4	0,1	+ 300,0
2.1.3 Material	0,8	0,4	+ 100,0	2,3	2,0	+ 15,0
2.1.4 Serviços de terceiros	3,4	4,5	- 24,4	13,5	15,7	- 14,0
2.1.5 Outras	1,2	1,2	-	3,1	2,5	+ 24,0
✓ Multas e compensações	0,7	-	-	0,7	0,1	+ 600,0
✓ Contingências (liquidação de ações cíveis)	0,3	0,7	- 57,1	1,3	1,4	- 7,1
✓ Outros	0,2	0,5	- 60,0	1,1	1,0	+ 10,0
<b>2.2 Provisões/Reversões</b>	<b>(0,2)</b>	<b>(5,0)</b>	<b>- 96,0</b>	<b>(1,4)</b>	<b>(0,4)</b>	<b>+ 250,0</b>
2.2.1 Contingências	(0,3)	(0,5)	- 40,0	(2,3)	(2,1)	+ 9,5
2.2.2 Devedores duvidosos	0,1	(4,5)	-	0,9	1,7	- 47,1
<b>3 Demais receitas/despesas</b>	<b>0,7</b>	<b>2,0</b>	<b>- 65,0</b>	<b>6,2</b>	<b>8,5</b>	<b>- 27,1</b>
3.1 Depreciação e amortização	(0,4)	1,7	-	4,8	7,2	- 33,3
3.2 Outras receitas/despesas	1,1	0,3	+ 266,7	1,4	1,3	+ 15,4
<b>Total Custos e Despesas Operacionais (1+2+3, s/ construção)</b>	<b>50,4</b>	<b>50,5</b>	<b>- 0,2</b>	<b>201,5</b>	<b>189,8</b>	<b>+ 6,2</b>
Custo de construção <sup>(1)</sup>	3,5	2,8	+ 25,0	12,5	15,0	- 16,7
<b>Total Custos e Despesas Operacionais (1+2+3, c/ construção)</b>	<b>53,9</b>	<b>53,3</b>	<b>+ 1,1</b>	<b>214,0</b>	<b>204,8</b>	<b>+ 4,5</b>

<sup>(1)</sup> Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

### 3.5 Lucro líquido, geração de caixa e dividendos

Em 2017, a Energisa Borborema registrou lucro líquido de R\$ 30,7 milhões contra R\$ 16,9 milhões registrados no ano anterior, aumento de 81,7%. A geração operacional de caixa (EBITDA ajustado) atingiu R\$ 47,8 milhões em 2017, contra R\$ 31,7 milhões apurados em 2016, crescimento de 50,8%. Esse desempenho decorre, principalmente, do aumento das receitas operacionais, vis-à-vis o crescimento do consumo de energia elétrica e racionalização das despesas operacionais. No 4T17, a Energisa Borborema registrou lucro de R\$ 8,7 milhões contra R\$ 3,0 milhões no 4T16, aumento de 190,0%. A evolução do lucro líquido e da geração de caixa da Companhia é a seguinte:

Composição da Geração de Caixa Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T17	4T16	Var. %	2017	2016	Var. %
<b>(=) Lucro Líquido</b>	<b>8,7</b>	<b>3,0</b>	<b>+ 190,0</b>	<b>30,7</b>	<b>16,9</b>	<b>+ 81,7</b>
(-) Contribuição social e imposto de renda	(3,2)	(1,4)	+ 128,6	(7,5)	(1,6)	+ 368,8
(-) Resultado financeiro	1,0	(2,4)	-	(0,8)	(1,5)	- 46,7
(-) Depreciação e amortização	0,4	(1,7)	-	(4,8)	(7,2)	- 33,3
<b>(=) Geração de caixa (EBITDA)</b>	<b>10,5</b>	<b>8,5</b>	<b>+ 23,5</b>	<b>43,8</b>	<b>27,2</b>	<b>+ 61,0</b>
(+) Receita de acréscimos moratórios	1,1	1,1	-	4,0	4,5	- 11,1
<b>(=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)</b>	<b>11,6</b>	<b>9,6</b>	<b>+ 20,8</b>	<b>47,8</b>	<b>31,7</b>	<b>+ 50,8</b>
Margem do EBITDA Ajustado (%)	17,9	16,0	+ 1,9 p.p	18,9	14,1	+ 4,8 p.p

Com base nos resultados alcançados em 2017, a administração irá propor à ratificação da Assembleia Geral a distribuição de dividendos à conta do exercício no valor de R\$ 26,4 milhões, já tendo sido totalmente pagos em: i) em 31 de agosto de 2017, o valor de R\$ 12,4 milhões (R\$ 42,40715409 por ação); ii) em 21 de dezembro de 2017, o montante de R\$ 4,0 milhões (R\$ 13,66523418 por ação); e iii) em 24 de fevereiro de 2018, a importância de R\$ 10,0 milhões (R\$ 33,9401593956 por ação).

## 4 Desempenho operacional

A manutenção do foco na qualidade da energia fornecida e a excelência no atendimento têm permitido à Energisa Borborema apresentar consistentes índices operacionais, que evidenciam a posição privilegiada dos indicadores de satisfação em pesquisas com os consumidores.

### 4.1 Perdas de energia

O combate ao furto e à fraude tem sido foco constante das ações gerenciais da Companhia, que busca trabalhar para aperfeiçoar ainda mais a fiscalização das ligações em suas unidades consumidoras e aumentar a produtividade das equipes. Em 2017, as perdas de energia elétrica da Companhia situaram em 41,7 GWh, ou seja, 5,87%, contra 48,6 GWh ou 6,90% em 2016.

O comportamento das perdas de energia da Companhia foi o seguinte:

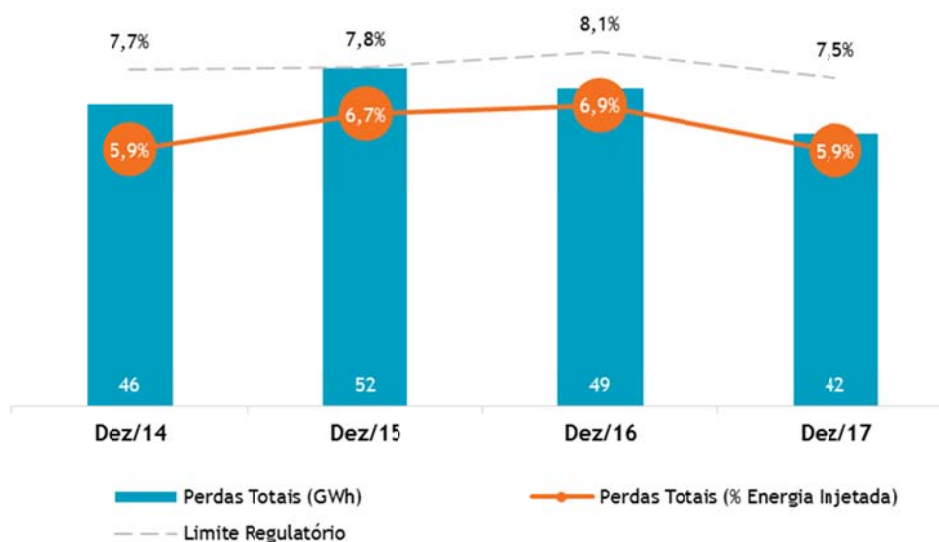
Últimos 12 meses									Aneel
Perdas Técnicas (%)			Perdas Não-Técnicas (%)			Perdas Totais (%)			
Dez/16	Set17	Dez/17	Dez/16	Set17	Dez/17	Dez/16	Set17	Dez/17	
7,50	7,97	7,64	(0,60)	(2,52)	(1,77)	6,90	5,45	5,87	7,54

Nota: Para cálculo dos percentuais apresentados acima, foram considerados os valores de energia não faturada.

Últimos 12 meses									
Perdas Técnicas (GWh)			Perdas Não-Técnicas (GWh)			Perdas Totais (GWh)			
Dez/16	Set17	Dez/17	Dez/16	Set17	Dez/17	Dez/16	Set17	Dez/17	Var. (%) <sup>(1)</sup>
52,8	56,2	54,3	(4,2)	(17,8)	-12,6	48,6	38,4	41,7	+ 8,5

<sup>(1)</sup> Variação junho de 2017/março de 2017. Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

O gráfico, a seguir, apresenta as perdas totais de energia elétrica da EBo nos últimos quatro anos:



## 4.2 Gestão da Inadimplência

### 4.2.1 Taxa de Inadimplência

A relação percentual entre a soma da provisão para créditos de liquidação duvidosa com incobráveis, e o fornecimento faturado da Companhia, em 2017 foi de 0,28%, contra 0,50% em 2016., melhoria de 0,22 pontos percentuais.

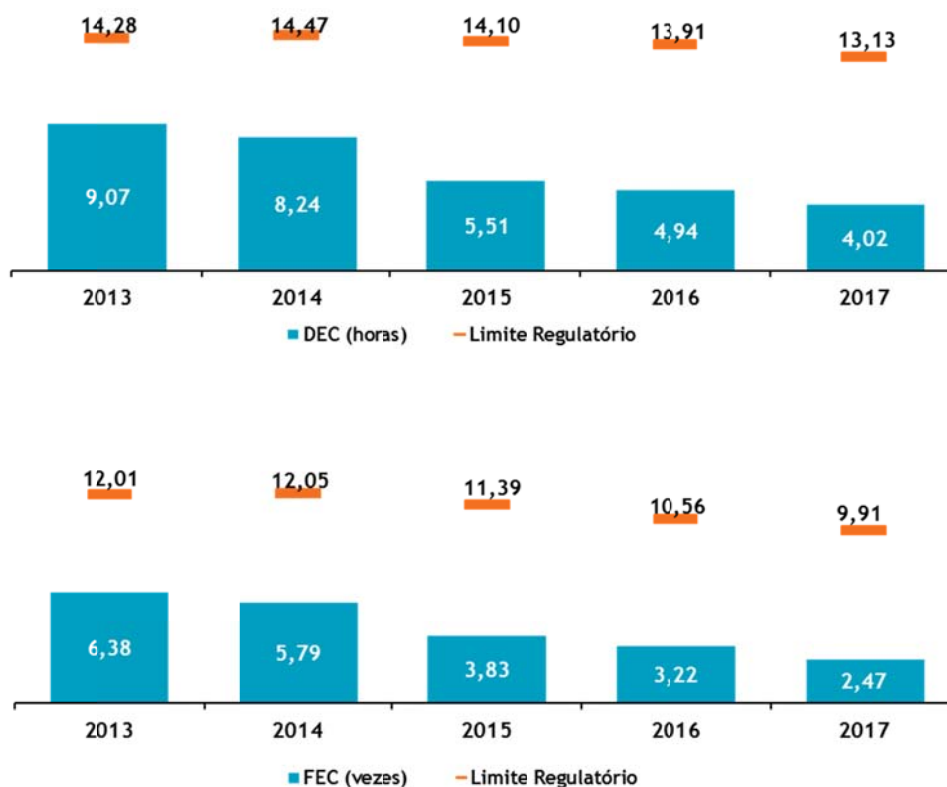
### 4.2.2 Taxa de Arrecadação

A Companhia também passou a divulgar a taxa de arrecadação, representada pela arrecadação dos últimos 12 meses sobre ao faturamento bruto do mesmo período. Em 2017, essa taxa ficou em 98,74%, contra 98,88% em 2016.

## 4.3 Indicadores de qualidade dos serviços - DEC e FEC

A prioridade dada aos investimentos em qualidade tem permitido alcançar melhorias constantes nos seus indicadores de fornecimento de energia pela Companhia, expressos por frequência e duração das interrupções de energia (FEC e DEC). O indicador DEC apresentou queda de 18,7%, passando de 4,94 horas, em 2016, para 4,02 horas, e o FEC também apresentou redução de 23,2%, passando de 3,22 vezes, em 2016, para 2,47 vezes, mas muito abaixo do limite estabelecido pela Aneel.

Os gráficos, a seguir, apresentam os indicadores de qualidade de energia elétrica (DEC/FEC) da EBO nos últimos cinco anos:



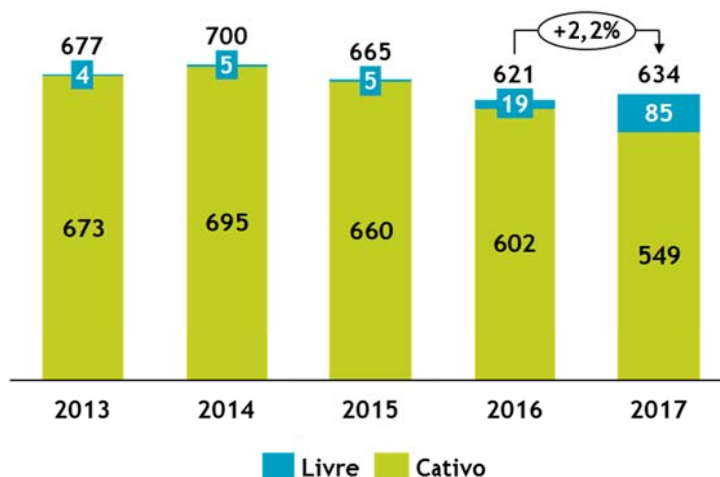


#### 4.4 Mercado de energia

Em 2017, as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão da Energisa Borborema, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD) e ao fornecimento não faturado, totalizaram 634,8 GWh, aumento de 2,3% (crescimento de 1,5% no 4T17) em relação a 2016. O comportamento do mercado por classe de consumo foi o seguinte:

Mercado de Energia - Descrição	Trimestre			Exercício		
	4T17	4T16	Var. %	2017	2016	Var. %
✓ Residencial	60,1	59,9	+ 0,3	240,4	235,7	+ 2,0
✓ Industrial	34,1	31,6	+ 7,9	134,2	131,4	+ 2,1
• Cativo	16,6	22,6	- 26,5	64,8	122,5	- 47,1
• Livre	17,5	9,0	+ 94,4	69,4	8,9	+ 679,8
✓ Comercial	40,0	40,6	- 1,5	155,7	156,7	- 0,6
• Cativo	35,1	36,8	- 4,6	140,3	146,8	- 4,4
• Livre	4,9	3,8	+ 28,9	15,4	9,9	+ 55,6
✓ Rural	6,2	6,0	+ 3,3	23,8	23,8	-
✓ Outras Classes	20,2	21,1	- 4,3	80,0	73,2	+ 9,3
<b>1 Vendas de energia no mercado cativo</b>	<b>138,2</b>	<b>146,3</b>	<b>- 5,5</b>	<b>549,3</b>	<b>602,0</b>	<b>- 8,8</b>
2 Energia associada aos consumidores livres (TUSD)	22,4	12,8	+ 75,0	84,9	18,8	+ 351,6
<b>3 Mercado cativo + TUSD (1+2)</b>	<b>160,6</b>	<b>159,1</b>	<b>+ 0,9</b>	<b>634,2</b>	<b>620,8</b>	<b>+ 2,2</b>
4 Fornecimento Não faturado	3,3	2,4	+ 37,5	0,6	(0,4)	-
<b>5 Mercado cativo + TUSD + fornecimento não faturado (3+4)</b>	<b>163,9</b>	<b>161,5</b>	<b>+ 1,5</b>	<b>634,8</b>	<b>620,4</b>	<b>+ 2,3</b>

O gráfico, a seguir, apresenta a evolução do mercado de energia elétrica em GWh, cativo e livre, nos últimos cinco anos:



A Energisa Borborema encerrou 2017 com 209.981 unidades consumidoras cativas, quantidade 0,7% superior à registrada no mesmo período de 2016, e com 12 consumidores livres.

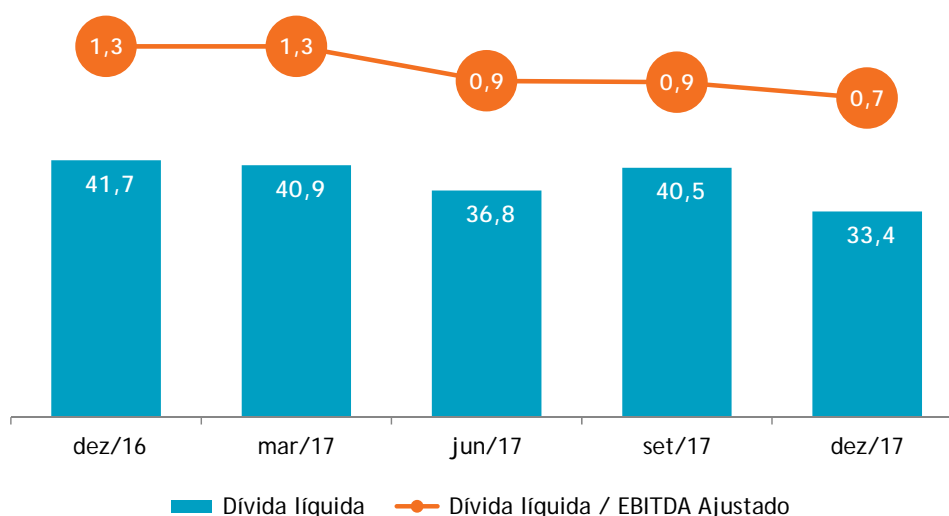
## 5 Estrutura de capital

Em 31 de setembro de 2017, o saldo consolidado de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras da Companhia totalizou R\$ 125,4 milhões, que incluem os créditos referentes à subvenção tarifária e baixa renda (CDE) e Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA). Por sua vez, a dívida líquida da Companhia, que englobam empréstimos, financiamentos, arrendamentos, encargos financeiros, parcelamento de impostos, fundo de pensão, créditos setoriais e instrumentos financeiros derivativos líquidos, passou de R\$ 41,7 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 33,4 milhões em 31 de dezembro de 2017. Conseqüentemente, a relação entre a dívida líquida, com os créditos setoriais, e o EBITDA Ajustado ao fim de 2017 foi de 0,7 vezes. A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

Descrição Valores em R\$ milhões	31/12/2017	31/12/2016
<b>Circulante</b>	<b>31,9</b>	<b>10,9</b>
Empréstimos e financiamentos	29,1	8,1
Encargos de dívidas	1,6	0,8
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	1,2	2,0
<b>Não Circulante</b>	<b>93,3</b>	<b>52,0</b>
Empréstimos e financiamentos	94,4	52,6
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(1,1)	(0,6)
<b>Total das dívidas</b>	<b>125,2</b>	<b>62,9</b>
(-) Disponibilidades financeiras	81,8	27,1
<b>Total das dívidas líquidas</b>	<b>43,4</b>	<b>35,8</b>
(-) Créditos CDE (subvenção tarifária e baixa renda)	6,3	1,7
(-) Créditos CVA	3,7	(7,6)
<b>Total das dívidas líquidas deduzidas de créditos setoriais</b>	<b>33,4</b>	<b>41,7</b>
<b>Indicador Relativo</b>		
Dívida líquida/EBITDA Ajustado <sup>(1)</sup>	0,7	1,3

<sup>(1)</sup> EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

**Evolução da alavancagem**  
- Dívida líquida (R\$ milhões) e dívida líquida/EBITDA Ajustado (vezes) -



## 6 Gestão de pessoas

---

Na busca por aprimorar a atuação da área e promover a ampliação das premissas de uma administração ágil e flexível, a Energisa Borborema investe na gestão de pessoas para promover a melhoria constante na qualidade de seus serviços. Encerrou o exercício com 233 colaboradores próprios e 69 terceirizados, sem considerar os empregados das empresas prestadoras de serviços ligadas à construção.

As dinâmicas de gestão de pessoas da distribuidora estão alinhadas aos valores e à missão da companhia, buscando impulsionar o desempenho dos colaboradores e construir competências estratégicas que possibilitem oportunidades de desenvolvimento de carreira.

Em 2017, o Grupo Energisa revisou sua política de recursos humanos e definiu as características dos colaboradores que contribuem para o desenvolvimento dos negócios em um ambiente competitivo e de constantes transformações. Foram definidas oito competências, amplamente informadas em uma campanha de comunicação interna: Apaixonado pelo Cliente, Ligado na Estratégia, Energisa de Coração, Agregador, Focado no resultado, Comprometido com a saúde e a segurança, Inovador e Líder de energia.

No ano, a Energisa Borborema investiu R\$ 23 mil em treinamento e educação. A capacitação é feita por meio de cursos presenciais, leitura e visitas técnicas, assim como com o apoio de videoconferências e Ensino a Distância (EAD), visando otimizar tempo e custos com deslocamento.

Um dos mais importantes veículos de disseminação e alinhamento da cultura, valores, competências da liderança e objetivos estratégicos do Grupo Energisa é a Academia de Líderes. Com formação acelerada, proporciona aos líderes maior preparação para o crescimento e a sustentação das atividades. O movimento da Academia acontece por meio de trilhas e módulos de desenvolvimento com foco nas necessidades de cada negócio e de acordo com cada estágio de maturidade da liderança.

Um Programa de Sucessão tem como ponto de partida o mapeamento dos talentos que ocorre durante a avaliação de desempenho por competências e apoia a identificação de novos líderes. Esse é um dos processos mais significativos no planejamento de gestão de pessoas, pois estabelece critérios e procedimentos para identificar e desenvolver colaboradores que tenham potenciais ou estejam aptos a ocupar posições estratégicas na organização. A Borborema mantém ainda um programa de seleção de trainees que permite desenvolver uma nova geração de líderes.

Em 2017, houve a continuidade da parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) para a formação de eletricitistas de rede. O objetivo é capacitar profissionais para atuar na rede de distribuição, contribuindo para melhoria da qualificação profissional, empregabilidade e geração de renda nas comunidades atendidas pelo programa.

### Saúde e segurança

O Plano de Segurança do Trabalho busca a garantir que a segurança de colaboradores, clientes e comunidade esteja sempre em primeiro lugar. Ele é destinado a prevenir acidentes nas atividades de rotina dos colaboradores, com base em princípios educacionais e de fortalecimento da responsabilidade, do comprometimento, do planejamento e do estímulo a uma atitude prevencionista do colaborador.

Uma Comissão de Procedimentos Operacionais (Cope) promoveu fóruns com o objetivo de identificar procedimentos e promover melhorias com base nas experiências de cada unidade e em *benchmarkings* externos. Além disso, palestras e reuniões buscaram conscientizar colaboradores e comunidade em relação às boas práticas de segurança. Uma das principais ações de 2017 foi o foco no acrônimo Ditais (Desligar, Impedir, Testar, Aterrar, Isolar), que conjuga simplicidade na memorização da prática diária do valor segurança.

## 7 Responsabilidade socioambiental

---

Ciente de sua responsabilidade e da importância do seu papel social nas comunidades onde está inserida, a Energisa Borborema apoia e desenvolve projetos que promovam educação, cultura, esporte, geração de renda, empreendedorismo, melhoria ambiental e desenvolvimento econômico e social. Há também ênfase em programa de eficiência energética, com foco em educação para o consumo consciente de energia.

Com esse compromisso, a EBO foi vencedora, em 2017, na categoria Responsabilidade Social para empresas com até 500 mil consumidores do Prêmio Abradee (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica).

Entre as principais ações realizadas no ano, destacam-se:

### Eficiência energética

A empresa investiu R\$ 643 mil em 2017 em projetos de eficiência energética, que beneficiaram 1.675 unidades consumidoras e permitiram economizar 897,2 MWh/ano, energia suficiente para abastecer aproximadamente 400 residências com consumo médio mensal de 200 kWh durante um ano. Os principais projetos são:

- **Nossa Energia** - Conjunto de iniciativas para o combate ao desperdício de energia em comunidades de baixa renda, órgãos públicos e hospitais. Incluem substituição de lâmpadas e doação de equipamentos eficientes (como refrigeradores e aparelhos de ar-condicionado), adequação das instalações elétricas internas, e palestras sobre o uso racional da energia elétrica.
- **Energia Solidária** - Incentiva a compra de equipamentos eficientes com selo A - Procel com desconto entre 40% e 50% em troca de uma doação, pelo cliente, de 10% do valor pago pelo equipamento para instituições sociais da área de concessão.

### Projetos culturais

Os programas socioculturais são executados com o apoio da Fundação Ormeo Junqueira Botelho, que completou 30 anos em 2017. Atua na análise técnica e cultural dos projetos patrocinados e é responsável pela gestão dos espaços culturais mantidos pela Energisa, como a Usina Cultural em João Pessoa (PB).

- **Patrocínios e apoios** - A empresa apoia projetos culturais como festivais regionais, feiras, simpósio, exposições agropecuárias e seminários que tenham como objetivo promover a cultura e o desenvolvimento econômico, regional e social das comunidades, contribuindo para o estímulo e acessibilidade ao lazer, ao esporte e à cultura, além de despertar noções de cidadania e de valorização da sociedade.

### Projetos educacionais

- **Biblioteca Energisa e Balcão de Livros** - Espaço localizado na agência de atendimento, incentiva a leitura como ferramenta para o desenvolvimento intelectual. Clientes adimplentes da concessionária podem pegar emprestado livros nacionais e estrangeiros, de autores conhecidos e aclamados pela crítica. As bibliotecas somam um acervo com 6,1 mil obras literárias.
- **Projeto Nossa Energia na Escola** - Por meio de palestras educacionais sobre consumo consciente, capacita alunos e educadores do ensino fundamental e médio como multiplicadores dos conceitos de uso eficiente e seguro da energia elétrica residencial, visando à criação de hábitos que levem ao desenvolvimento sustentável e ao combate do desperdício de energia elétrica.
- **Programa Zé da Luz na Escola** - Tem como objetivo conscientizar a comunidade sobre os riscos e perigos da energia elétrica, especialmente no que se refere a soltar pipas, brincadeira com alto índice de acidentes na rede.

### Iniciativas ambientais

Comprometida com a conservação dos recursos naturais e a adoção de iniciativas sustentáveis do ponto de vista social, econômico e ambiental, a Energisa Borborema adota iniciativas para reduzir o impacto das operações sobre o meio ambiente, destacando-se:

- Atualização em 2017 de todas as Instruções de Controle Ambiental (ICAs), fruto do 1º Workshop de Gestão Ambiental do Grupo Energisa.
- Uso de cabos isolados nas redes de baixa-tensão, onde a arborização poderia ser mais afetada pelo contato com linhas energizadas. Nas redes de média-tensão que têm proximidade com arborização são usados cabos protegidos, de forma a evitar podas indesejáveis.
- A Comissão de Procedimentos de Operação e Execução (CPOE) analisa e propõe melhorias na gestão ambiental, com o objetivo de avaliar e prescrever procedimentos que eliminem ou reduzam os riscos, garantindo uma operação segura e sem impactos negativos.
- Descarte controlado de lâmpadas de vapor de sódio, vapor de mercúrio e fluorescente existentes em suas instalações próprias e na infraestrutura de iluminação pública.
- Regeneração de óleos isolantes usados em equipamentos e recuperação de óleo lubrificante industrial, garantindo a reutilização do material e evitando a poluição do meio ambiente

- Papa-lâmpadas, pilhas e baterias, para recolhimento e descarte por empresa especializadas. O móvel para a coleta dos materiais fica em local de fácil acesso nos prédios da empresa.
- Coleta seletiva, com destinação correta de resíduos para processos de reaproveitamento com empresa licenciadas.
- Campanhas para reduzir consumo de água e energia, educação com base nos 3Rs (Reduzir, Reutilizar e Reciclar), educação para o consumo consciente e uso seguro da energia, com distribuição de cartilhas e palestras nas escolas em datas comemorativas dedicadas aos temas.
- Comemoração do Dia da Água, com iniciativas educacionais em escolas e na comunidade, e do Dia do Meio Ambiente, quando os filhos dos colaboradores foram para a empresa e aprenderam a plantar árvores, economizar água e participaram de palestras educativas sobre meio ambiente.
- Atuação em parceria com o poder público municipal para incluir a compatibilidade com a arborização no planejamento de obras e treinamento de procedimentos adequados para poda de árvores.
- Contratação de fornecedores que comprovadamente tenham boa conduta ambiental.

#### Iniciativas relativas à ética

- **Ética e integridade** - O Código de Ética e Conduta da empresa é um guia para os colaboradores no relacionamento com os diversos públicos. Um Comitê de Ética integrado por representantes de diversas áreas tem como responsabilidade promover o cumprimento e aprimoramento do documento.

## 8 Serviços prestados pelo auditor independente

---

Em atendimento ao rodízio obrigatório previsto no artigo 31 da Instrução Normativa CVM nº 308 e conforme definido pelo Conselho de Administração da Companhia, foi aprovada a contratação da Ernst & Young Auditores Independentes na qualidade de novo auditor independente da Companhia a partir do primeiro trimestre de 2017.

A remuneração total desses auditores pelos serviços prestados para a Companhia em 2017 foi de R\$ 172 mil pela revisão contábil das demonstrações financeiras. A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

## Demonstrações financeiras

### 1. Balanço Patrimonial Ativo

**ENERGISA BORBOREMA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A**  
**BALANÇO PATRIMONIAL**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**  
 (Em milhares de reais)

	Nota	2017	2016
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalente de caixa	5.1	67.981	18.708
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	10.594	4.546
Consumidores e concessionárias	6	41.124	42.845
Estoques		565	740
Tributos a recuperar	7	9.245	8.865
Ativo financeiro setorial	9	42.877	14.417
Despesas pagas antecipadamente		542	562
Outros créditos	10	8.460	4.480
<b>Total do circulante</b>		<b>181.388</b>	<b>95.163</b>
<b>Não circulante</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	3.184	3.804
Consumidores e concessionárias	6	6.940	5.230
Tributos a recuperar	7	1.338	2.953
Créditos tributários	12	16.652	23.259
Cauções e depósitos vinculados	19	5.057	5.113
Instrumentos financeiros derivativos	27	1.144	645
Ativo financeiro setorial	9	4.260	1.292
Contas a receber da concessão	13	55.615	47.949
		<b>94.190</b>	<b>90.245</b>
Investimentos		81	81
Intangível	14	76.025	74.744
Imobilizado	14	877	955
<b>Total do não circulante</b>		<b>171.173</b>	<b>166.025</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>352.561</b>	<b>261.188</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 2. Balanço Patrimonial Passivo

ENERGISA BORBOREMA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
BALANÇO PATRIMONIAL  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017  
(Em milhares de reais)

	Nota	2017	2016
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	15	23.140	20.092
Encargos de dívidas	16	1.584	760
Empréstimos e financiamentos	16	29.115	8.111
Impostos e contribuições sociais	17	8.801	8.333
Encargos setoriais	18	3.228	4.463
Obrigações estimadas		869	1.051
Passivo financeiro setorial	9	38.068	20.909
Instrumentos financeiros derivativos	27	1.172	2.034
Contribuição de iluminação pública		2.295	2.185
Outras contas a pagar		8.893	3.063
<b>Total do circulante</b>		<b>117.165</b>	<b>71.001</b>
<b>Não circulante</b>			
Fornecedores	15	403	403
Empréstimos e financiamentos	16	94.489	52.638
Impostos e contribuições sociais	17	1.531	10.743
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	19	4.353	6.531
Encargos setoriais	18	2.583	1.773
Passivo financeiro setorial	9	5.406	2.435
Outras contas a pagar		127	93
<b>Total do não circulante</b>		<b>108.892</b>	<b>74.616</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	20.1	78.159	73.540
Reservas de capital	20.2	24.098	24.098
Reservas de lucros	20.3 e 20.4	14.305	14.551
Dividendos adicionais propostos	20.5	9.942	3.382
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>126.504</b>	<b>115.571</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>352.561</b>	<b>261.188</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 3. Demonstração de Resultados

**ENERGISA BORBOREMA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.**  
**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**  
**PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**  
 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	2017	2016
Receita operacional líquida	21	253.029	224.709
Custo do serviço prestado a terceiros	22	(194.721)	(184.192)
<b>Lucro bruto</b>		<b>58.308</b>	<b>40.517</b>
Despesas gerais e administrativas	22	(17.925)	(19.214)
Outras receitas	23	461	975
Outras despesas	23	(1.843)	(2.272)
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos</b>		<b>39.001</b>	<b>20.006</b>
Receitas financeiras	24	13.050	13.067
Despesas financeiras	24	(13.807)	(14.526)
<b>Despesas financeiras líquidas</b>		<b>(757)</b>	<b>(1.459)</b>
<b>Lucro antes dos impostos</b>		<b>38.244</b>	<b>18.547</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	12	(898)	(5.983)
Imposto de renda e contribuição social diferido	12	(6.607)	4.371
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>30.739</b>	<b>16.935</b>
<b>Lucro básico e diluído por ação ordinária - R\$</b>	25	<b>104,94</b>	<b>57,81</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 4. Demonstração do Resultado Abrangente

**ENERGISA BORBOREMA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.**  
**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**  
**PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**  
 (Em milhares de reais)

	Nota	2017	2016
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>30.739</b>	<b>16.935</b>
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado			
Outros resultados abrangentes		-	-
<b>Total de outros resultados abrangentes do exercício</b>		<b>30.739</b>	<b>16.935</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## 5. Demonstração dos Fluxos de Caixa

ENERGISA BORBOREMA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017  
 (Em milhares de reais)

	Nota	2017	2016
<b>Atividades operacionais</b>			
Lucro líquido do exercício		30.739	16.935
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	12	7.505	1.612
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas		4.485	2.100
Ativo financeiro indenizável da concessão	13	(2.534)	(1.396)
Amortização e Depreciação	22	4.755	7.193
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e recuperação de incobráveis	22	904	1.667
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	22	(2.334)	(2.075)
Marcação a Mercado da dívida	24	(624)	915
Marcação a Mercado Derivativos	24	(317)	(23)
Instrumentos Financeiros Derivativos	24	1.004	2.616
Perda na alienação de bens do imobilizado e do intangível	23	1.047	939
<b>Variações nas contas do ativo circulante e não circulante</b>			
Diminuição (aumento) de consumidores e concessionárias	6	179	(5.277)
Diminuição (aumento) de estoques		175	(29)
Diminuição (aumento) de impostos a recuperar	7	1.235	(1.794)
Diminuição de cauções e depósitos vinculados	19	56	68
Diminuição de despesas pagas antecipadamente		20	23
(Aumento) diminuição de ativo financeiro setorial	9	(30.986)	19.481
Aumento de outros créditos		(5.027)	(165)
<b>Variações nas contas do passivo circulante e não circulante</b>			
Aumento (diminuição) de fornecedores	15	2.652	(250)
(Diminuição) de impostos e contribuições sociais	17	(6.152)	(2.427)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(3.428)	(2.979)
(Diminuição) de obrigações estimadas		(182)	(62)
Aumento (diminuição) de passivo financeiro setorial	9	18.353	(2.699)
Aumento (diminuição) de outras contas a pagar		5.497	(128)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>27.022</b>	<b>34.245</b>
<b>Atividades de investimentos</b>			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados		(2.873)	6.984
Aplicações no intangível e imobilizado		(11.845)	(14.513)
Alienação de bens do imobilizado e intangível	23	1.089	1.531
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos</b>		<b>(13.629)</b>	<b>(5.998)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>			
Novos empréstimos e financiamentos	16	72.221	31.130
Pagamentos de empréstimos- principal	16	(9.943)	(42.675)
Pagamentos de empréstimos- juros	16	(4.544)	(4.555)
Liquidação de Instrumentos Financeiros Derivativos		(2.048)	6.677
Pagamentos de dividendos	20.5	(19.806)	(34.237)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de Financiamentos</b>		<b>35.880</b>	<b>(43.660)</b>
<b>Variação líquida do caixa</b>		<b>49.273</b>	<b>(15.413)</b>
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais	5	18.708	34.121
Caixa mais equivalentes de caixa finais	5	67.981	18.708
<b>Variação líquida do caixa</b>		<b>49.273</b>	<b>(15.413)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## 6. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

ENERGISA BORBOREMA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA  
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017  
 (Em milhares de reais)

	Nota	2017	2016
Geração do valor adicionado			
Receitas			
Receitas de vendas de energia elétrica e serviços	21	387.419	352.651
Outras receitas	23	461	758
Receitas relativas a construção de ativos próprios	21 e 24	12.606	15.623
Provisão e reversão p/créditos de liquidação duvidosa	22	(904)	(1.667)
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Custo da energia elétrica vendida		171.249	157.352
Materiais e serviços de terceiros		15.971	17.833
Outros custos operacionais		14.862	17.235
		202.082	192.420
Valor adicionado bruto		197.500	174.945
Amortização e depreciação	22	4.755	7.193
Valor adicionado líquido		192.745	167.752
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	24	13.788	13.574
Valor adicionado total a distribuir:		206.533	181.326
Distribuição do valor adicionado:			
Pessoal			
Remuneração direta		12.088	9.590
Benefícios		4.348	4.136
FGTS		1.155	1.104
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		29.834	22.104
Estaduais		78.373	80.870
Municipais		143	125
Obrigações Intra-setoriais		35.699	31.089
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros	24	13.882	15.193
Aluguéis		272	180
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos	20.5	16.424	8.087
Dividendos adicionais propostos	20.5	9.942	3.382
Reserva Legal	20.3	-	847
Reserva de redução de imposto de renda	20.4	4.373	4.619
		206.533	181.326

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## 7. Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

ENERGISA BORBOREMA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017  
 (Em milhares de reais)

Nota	Capital social	Reservas de capital		Reserva de lucros			Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
		Remuneração de imobilizações	Reserva especial de ágio	Reserva legal	Retenção de lucros	Redução de imposto de renda			
Saldos em 01 de janeiro de 2016	65.539	104	23.994	8.905	180	8.001	25.387	-	132.110
Aumento de capital conforme AGO e AGE de 26/04/2016	20.1 8.001	-	-	-	-	(8.001)	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	(25.387)	-	(25.387)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	16.935	16.935
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:									-
Reserva legal	20.3 -	-	-	847	-	-	-	(847)	-
Incentivo Fiscal - Laudo Constitutivo nº 206/2012 - SUDENE	20.4 -	-	-	-	-	4.619	-	(4.619)	-
Dividendos	20.5 -	-	-	-	-	-	-	(8.087)	(8.087)
Dividendos adicionais propostos	20.5 -	-	-	-	-	-	3.382	(3.382)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>73.540</b>	<b>104</b>	<b>23.994</b>	<b>9.752</b>	<b>180</b>	<b>4.619</b>	<b>3.382</b>	<b>-</b>	<b>115.571</b>
Aumento de capital conforme AGO e AGE de 30/04/2017	20.1 4.619	-	-	-	-	(4.619)	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	(3.382)	-	(3.382)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	30.739	30.739
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:									-
Incentivo Fiscal - Laudo Constitutivo nº 206/2012 - SUDENE	20.4 -	-	-	-	-	4.373	-	(4.373)	-
Dividendos	20.5 -	-	-	-	-	-	-	(16.424)	(16.424)
Dividendos adicionais propostos	20.5 -	-	-	-	-	-	9.942	(9.942)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>78.159</b>	<b>104</b>	<b>23.994</b>	<b>9.752</b>	<b>180</b>	<b>4.373</b>	<b>9.942</b>	<b>-</b>	<b>126.504</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## 8. Balanço Social

ENERGISA BORBOREMA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.						
CNPJ Nº 08.826.596/0001-95						
BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2017						
(Em milhares de reais)						
1 - Base de Cálculo	2017			2016		
Receita líquida (RL)	253.029			224.709		
Resultado operacional (RO)	38.244			18.547		
Folha de pagamento bruta (FPB)	15.205			14.918		
<b>2 - Indicadores Sociais Internos</b>	<b>Valor (mil)</b>	<b>% sobre FPB</b>	<b>% sobre RL</b>	<b>Valor (mil)</b>	<b>% sobre FPB</b>	<b>% sobre RL</b>
Alimentação	2.274	14,96%	0,90%	2.192	14,69%	0,98%
Encargos sociais compulsórios	4.068	26,75%	1,61%	3.720	24,94%	1,66%
Previdência privada	187	1,23%	0,07%	153	1,03%	0,07%
Saúde	1.089	7,16%	0,43%	1.086	7,28%	0,48%
Segurança e saúde no trabalho	412	2,71%	0,16%	0	0,00%	0,00%
Educação	10	0,07%	0,00%	65	0,44%	0,03%
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	24	0,16%	0,01%	9	0,06%	0,00%
Creches ou auxílio-creche	403	2,65%	0,16%	329	2,21%	0,15%
Participação nos lucros ou resultados	1.531	10,07%	0,61%	1.895	12,70%	0,84%
Outros	87	0,57%	0,03%	490	3,28%	0,22%
<b>Total - Indicadores sociais internos</b>	<b>10.085</b>	<b>66,33%</b>	<b>3,98%</b>	<b>9.939</b>	<b>66,62%</b>	<b>4,42%</b>
<b>3 - Indicadores Sociais Externos</b>	<b>Valor (mil)</b>	<b>% sobre RO</b>	<b>% sobre RL</b>	<b>Valor (mil)</b>	<b>% sobre RO</b>	<b>% sobre RL</b>
Educação	119	0,31%	0,05%	0	0,00%	0,00%
Cultura	269	0,70%	0,11%	96	0,52%	0,04%
Saúde e saneamento	0	0,00%	0,00%	30	0,16%	0,01%
Esporte	20	0,05%	0,01%	15	0,08%	0,01%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	6	0,02%	0,00%	75	0,40%	0,03%
<b>Total das contribuições para a sociedade</b>	<b>414</b>	<b>1,08%</b>	<b>0,17%</b>	<b>216</b>	<b>1,16%</b>	<b>0,10%</b>
Tributos (excluídos encargos sociais)	103.617	270,94%	40,95%	99.380	535,83%	44,23%
<b>Total - Indicadores sociais externos</b>	<b>104.031</b>	<b>272,02%</b>	<b>41,12%</b>	<b>99.596</b>	<b>536,99%</b>	<b>44,32%</b>
<b>4 - Indicadores Ambientais</b>	<b>Valor (mil)</b>	<b>% sobre RO</b>	<b>% sobre RL</b>	<b>Valor (mil)</b>	<b>% sobre RO</b>	<b>% sobre RL</b>
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	1.498	3,92%	0,59%	11	0,06%	0,00%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	10	0,03%	0,00%	0	0,00%	0,00%
<b>Total dos investimentos em meio ambiente</b>	<b>1.508</b>	<b>3,95%</b>	<b>0,59%</b>	<b>11</b>	<b>0,06%</b>	<b>0,00%</b>
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a	(X) não possui metas ( ) cumpre de 51a 75% ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 76 a 100%		(X) não possui metas ( ) cumpre de 51a 75% ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 76 a 100%			
<b>5 - Indicadores do Corpo Funcional</b>	<b>2017</b>			<b>2016</b>		
Nº de empregados(as) ao final do período	207			236		
Nº de admissões durante o período	5			30		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	26			30		
Nº de estagiários(as)	11			9		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	49			57		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	24			36		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	33,33%			-		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	90			101		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	66,67%			-		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	9			11		
<b>6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania</b>	<b>2017</b>			<b>Metas 2018</b>		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	9,85			9,85		
Número total de acidentes de trabalho	2			2		
definidos por:	( ) direção	(X) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)
foram definidos por:	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa
representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolve	(X) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolverá	(X) seguirá as normas da OIT	( ) incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção e gerências	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	( ) direção e gerências	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	( ) direção e gerências	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	( ) direção e gerências	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(X) são exigidos	( ) não serão considerados	(x) serão sugeridos	(X) são exigidos
trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	( ) apoia	(X) organiza e incentiva	( ) não se envolverá	( ) apoiará	(x) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 31.131	no Procon 25	na Justiça 85	na empresa 29.574	no Procon 25	na Justiça 441
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 100%	no Procon 100%	na Justiça 58,77%	na empresa 99%	no Procon 100%	na Justiça 107,48%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2017: 206.533			Em 2016: 181.326		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	70% governo 8% colaboradores(as) 13% acionistas 7% terceiros 2% retido			74% governo 8% colaboradores(as) 6% acionistas 9% terceiros 3% retido		
<b>7 - Outras informações</b>	<b>2017</b>			<b>2016</b>		
7) Investimentos sociais						
7.1 - Programa Luz para Todos						
7.1.1 - Investimento da União	-			-		
7.1.2 - Investimento do Estado	-			-		
7.1.3 - Investimento do Município	-			-		
7.1.4 - Investimento da Concessionária	-			-		
<b>Total - Programa Luz para Todos (7.1 a 7.1.4)</b>	-			-		
7.2 - Programa de eficiência Energética	714			857		
7.3 - Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	104			106		
<b>Total dos investimentos sociais (7.1 a 7.3)</b>	<b>818</b>			<b>963</b>		

## Notas Explicativas

**Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras para o**  
**exercício findo em 31 de dezembro de 2017**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado o contrário)

### 1 Contexto operacional

A Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (“Companhia ou Energisa BO”) - empresa integrante do **GRUPO ENERGISA** - é uma concessionária distribuidora de energia elétrica que atua nos municípios de Campina Grande, Lagoa Seca, Queimadas, Fagundes, Massaranduba e Boa Vista, no Estado da Paraíba atendendo a 209.994 consumidores (informações fora do escopo dos auditores independentes). A Companhia possui sede na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba.

#### Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Em 04 de fevereiro de 2000, foi outorgado à Companhia a distribuição de energia elétrica nos municípios de Campina Grande, Lagoa Seca, Queimadas, Fagundes, Massaranduba e Boa Vista, no Estado da Paraíba, pelo prazo de 30 anos, com vencimento em 04/12/2030. O contrato de concessão foi homologado junto à ANELL, podendo ser prorrogado por uma única vez, pelo mesmo período, conforme Lei nº 12.783/2013.

O contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço.

As obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica são:

I - operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações e fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade e providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico, estejam sempre adequadamente garantidos por seguro sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;

IV - atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão; e

VII - manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente - Ministério de Minas e Energia - MME.

As informações referentes à revisão e aos reajustes tarifários, ativos e passivos financeiros setoriais, contas a receber da concessão, ativos vinculados a concessão e receita de construção estão apresentadas nas notas explicativas 8, 9, 13, 14 e 21, respectivamente.

## 2 Apresentação das demonstrações financeiras

---

### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 14 de março de 2018.

### 2.2 Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens: (i) os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; e (ii) Instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

### 2.3 Julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração faça o uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados reais de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e nos exercícios futuros afetados. As principais estimativas incluem Consumidores e concessionárias (fornecimento de energia elétrica não faturado), Provisão para créditos de liquidação duvidosa, Créditos tributários, Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais, Custo de energia elétrica comprada para revenda, Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos e Benefícios a empregados.

### 3 Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

#### 3.1 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não adotadas pela Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: períodos anuais com início em ou após
CPC 48/IFRS 9	Instrumentos financeiros	1º de janeiro de 2018
CPC 47/IFRS 15	Receitas de Contratos com clientes	1º de janeiro de 2018
Esclarecimentos à IFRS 15	Receitas de Contrato com Cliente emitida em 12 de abril de 2016.	1º de janeiro de 2018
Alterações ao CPC 10(R1)/ IFRS 2	Pagamentos baseados em ações	1º de janeiro de 2018
Alterações ao CPC 11/ IFRS 4	Aplicação do IFRS 9 Instrumentos financeiros com o IFRS 4 Classificação dos contratos	1º de janeiro de 2018
Alterações ao CPC 28/ IAS 40	Transferências de propriedade de investimentos	1º de janeiro de 2018
IFRS 16	Leases (Arrendamentos)	1º de janeiro de 2019
IFRS 17	Contratos de seguros	1º de janeiro de 2021
Alterações à IFRS 10 e IAS 28	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Associada ou Joint Venture	Adiado indefinidamente

A Companhia não adotou de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Os principais impactos da adoção das novas normas e interpretações vigentes a partir de 1º de janeiro de 2018 são os seguintes:

##### (i) IFRS 9/CPC 48 Instrumentos Financeiros:

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros (CPC 48 - Instrumentos Financeiros), que substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge.

A IFRS 9 está em vigor para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo permitida sua aplicação antecipada. Com exceção da contabilidade de hedge, faz-se necessária a aplicação retrospectiva, contudo, o fornecimento de informações comparativas não é obrigatório. Para a contabilidade de hedge, os requisitos geralmente são aplicados de forma prospectiva, com algumas exceções limitadas.

A Companhia planeja adotar a nova norma na data efetiva requerida e não fará reapresentação de informações comparativas.

Em 2017, a Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhada dos três aspectos da IFRS 9. Essa avaliação toma por base informações atualmente disponíveis que pode estar sujeita a mudanças decorrentes de informações razoáveis e passíveis de sustentação que estão sendo disponibilizadas em 2018, quando a Companhia passará a adotar a IFRS 9.

##### (a) Classificação e mensuração

A IFRS 9 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. A IFRS 9 simplifica o modelo de mensuração atual para ativos financeiros e estabelece três categorias: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI) e ao valor justo por meio do resultado (VJR), dependendo do modelo de negócios e as características dos fluxos de caixa contratuais. Para os passivos financeiros, não há alterações significativas em relação aos critérios atuais, exceto pelo reconhecimento de alterações no risco de crédito próprio (OCI) para aqueles passivos designados ao valor justo por meio do resultado.

A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

##### (b) Redução ao valor recuperável

A IFRS 9 introduz um novo modelo de perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, ou seja, o modelo de perda de crédito esperado, que substitui o modelo utilizado de perda incorrida. A Companhia aplicará a abordagem simplificada e registrará perdas esperadas durante toda a vida em todos os créditos. Desta forma, a aplicação dos novos requisitos pode levar a uma aceleração no reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável em seus ativos financeiros, principalmente na conta clientes, consumidores e concessionárias. Esta

nova forma de reconhecimento exigirá um julgamento sobre as mudanças em fatores econômicos que afetam as perdas esperadas de créditos. A avaliação inicial efetuada pela Companhia não indica alterações relevantes na provisão para perdas por redução ao valor de recuperação dos seus principais ativos financeiros em função da adoção do IFRS 9.

#### (c) Contabilidade de hedge

De acordo com a prática atual, uma cobertura deve ser altamente efetiva, prospectiva e retrospectiva, enquanto a IFRS 9 vem introduzir um modelo novo e menos restritivo ao hedge, exigindo uma relação econômica entre o item coberto e o instrumento de hedge em que o índice de cobertura seja o mesmo que aplicado pela entidade para a gestão de risco. O novo modelo altera os critérios de comprovação de relacionamentos de hedge.

**Divulgação:** A IFRS 9 exigirá extensivas novas divulgações, especificamente sobre a contabilidade de hedge, risco de crédito e perdas de crédito esperadas. A avaliação da Companhia incluiu uma análise para identificar deficiências em relação as informações requeridas nos processos atuais e a Companhia está em processo de implementação de mudanças nos seus sistemas e controles para atender aos novos requisitos.

**Transição:** As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da IFRS 9 serão geralmente aplicadas retrospectivamente, exceto as mudanças descritas a seguir: - A Companhia irá aproveitar a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da IFRS 9, serão reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2018.

#### (ii) IFRS 15/CPC 47 Receita de Contratos com Clientes:

A IFRS 15 (CPC 47) - Receita de Contrato com Cliente) foi emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016 e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A nova norma para receita substituirá todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as IFRS.

A aplicação retrospectiva completa ou a aplicação retrospectiva modificada será exigida para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia optou por adotar a nova norma na data de vigência requerida com base no método retrospectivo modificado. Desta forma, a aplicação deste pronunciamento terá seus impactos refletidos a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Companhia realizou uma análise detalhada de suas receitas e não identificou circunstâncias que indicassem que a adoção do IFRS15/CPC47, causará efeitos significativos em suas demonstrações financeiras.

##### (a) Receita de distribuição de energia elétrica

A Companhia reconhece a receita com fornecimento de energia elétrica pelo valor justo da contraprestação no momento em que é faturada, com base no consumo medido multiplicado pela tarifa vigente. Adicionalmente, a Companhia estima e reconhece a receita não faturada com base da data efetiva de medição e o encerramento do mês.

De acordo com a IFRS 15/CPC 47, a Companhia só pode contabilizar os efeitos de um contrato com um cliente quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos. Ao avaliar se a possibilidade de recebimento do valor da contraprestação é improvável, a Companhia deve avaliar se estas receitas serão reconhecidas líquidas das perdas estimadas. Com base na avaliação realizada pela Companhia não há impacto de perdas estimadas a ser considerado.

A Companhia, distribuidora de energia elétrica, é avaliada pela ANEEL em diversos aspectos no fornecimento de energia elétrica para clientes, entre eles, está a qualidade do serviço e do produto oferecido aos consumidores que compreende a avaliação das interrupções no fornecimento de energia elétrica. Destacam-se no aspecto da qualidade do serviço os indicadores de continuidade coletivos, DEC e FEC, e os indicadores de continuidade individuais DIC, FIC e DMIC. Atualmente, essas penalidades são contabilizadas como despesa operacional. De acordo com a IFRS 15, a receita deve ser reconhecida de forma líquida de contraprestação variável. Eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares, são classificados pela norma como contraprestação variável. As



penalidades que representam ressarcimento aos clientes, ou seja, DIC, FIC e DMIC deverão ser contabilizadas como redutoras da receita de fornecimento de energia e não mais como despesa operacional. Com base na avaliação da Companhia, esse impacto não é relevante.

(b) Receita de Disponibilidade do sistema de transmissão e distribuição da rede elétrica

Essa receita é constituída pelos custos da rede de distribuição e a remuneração da Companhia pela prestação do serviço aos consumidores cativos e livres, com base na cobrança de uma tarifa homologada pela ANEEL. Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

(c) Receita de subvenções governamentais

A receita de subvenções governamentais é composta pelo subsídio fornecido pelo governo para consumidores enquadrados como baixa renda e pela Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, que visa o custeio dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

(d) Receita de construção da infraestrutura

Essa receita é constituída por investimentos em infraestrutura, com o objetivo de manutenção da operação até o término do contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão e distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual à zero, pois há a contrapartida em custos pelo mesmo valor.

Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

(e) Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros (CVA - ativa e passiva)

Corresponde as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas. Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

(f) Receita de comercialização e liquidação de energia

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia é liquidado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida para o sistema pelo Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

(g) Receita de uso mútuo de redes e postes

Essa receita é oriunda dos compartilhamentos dos pontos de fixação na infraestrutura dos postes de distribuição de energia elétrica. Sobre esta receita é aplicado um fator de compartilhamento com o consumidor, em montante igual a 60% da média anual dos últimos 3 anos, incorporado às tarifas como redutor de receita. Esse fator redutor é aplicado a cada 4 anos no processo de revisão tarifária periódica.

Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto significativo em suas demonstrações financeiras

(h) Ativo financeiro indenizável da concessão

A receita de atualização reconhecida pela distribuidora de energia elétrica é reconhecida a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados. Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

**(iii) IFRS 16 Leases (arrendamentos):**

A IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidência de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários - arrendamentos de ativos de "baixo valor" (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos). Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

A Companhia atua como arrendatária em contratos referente imóveis não residenciais para a instalação de agências de atendimentos a clientes, estabelecimentos para desenvolver suas atividades comerciais e centros de distribuição.

Não há alteração substancial na contabilização do arrendador com base na IFRS 16 em relação à contabilização atual de acordo com a IAS 17. Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação da IAS 17, distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros.

Em 2018 a Companhia planeja avaliar o efeito potencial da IFRS 16 nas suas demonstrações financeiras. O impacto real da aplicação da IFRS 16 nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial dependerá das condições econômicas futuras, incluindo a taxa de endividamento da Companhia em 1º de janeiro de 2019, a avaliação da Companhia se exercerá quaisquer opções de renovação de arrendamento e a medida em que a Companhia optará por usar expedientes práticos e isenções de reconhecimento. A natureza das despesas relacionadas com esses contratos de arrendamento será modificada, a IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional com um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. A Companhia espera que a adoção da IFRS 16 não afete sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (covenants) de limite máximo de alavancagem em empréstimos descritos na nota explicativa 16.

**Transição:** Como arrendatária, a Companhia pode aplicar a norma utilizando uma: - Abordagem retrospectiva; ou - Abordagem retrospectiva modificada com expedientes práticos opcionais. A Companhia pretende aplicar a IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019, usando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção da IFRS 16 será reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

**(iv) Outras alterações:**

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016;
- Alterações à IFRS 1 e à IAS 28;
- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações;
- Transferências de Propriedade de Investimento (Alterações ao CPC 28 / IAS 40);
- ICPC 21 / IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento. - IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda;
- Transações em moeda estrangeira e adiantamento. Com relação à IFRIC 23;
- Incerteza sobre tratamentos de imposto de renda, análise com maior profundidade será realizada para identificar impactos a partir de 1º de janeiro de 2019.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil

### 3.2 Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis detalhadas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

- a. **Caixa e equivalentes de caixa** - abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com cláusulas contratuais que permitem o resgate em até 90 dias da data de sua aquisição, pelas taxas contratadas, estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo;
- b. **Instrumentos financeiros e atividades de hedge** - Todos os instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos no balanço da Companhia e são mensurados inicialmente pelo valor justo, quando aplicável, após o reconhecimento inicial de acordo com sua classificação. Os instrumentos financeiros da Companhia foram classificados em: (i) mantidos para negociação - mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Essa classificação inclui as operações com derivativos; (ii) mantidos até o vencimento - mensurados pela taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado; (iii) empréstimos e recebíveis - são mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado e (iv) disponível para venda - são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados nas categorias anteriores.

Existem três tipos de níveis para a apuração do valor justo referente ao instrumento financeiro conforme exposto abaixo:

Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.

Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.

Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

A classificação e os valores justos dos instrumentos financeiros estão apresentados na nota explicativa nº 27.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados, consumidores e concessionárias, contas a receber da concessão, títulos de créditos a receber, instrumentos financeiros derivativos e ativos financeiros setoriais.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas, passivos financeiros setoriais e instrumentos financeiros derivativos.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado, exceto os derivativos que são mensurados pelo valor justo.

A Companhia designa certos instrumentos de "hedge" relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como "hedge" de valor justo. No início da relação de "hedge", a Companhia documenta a relação entre o instrumento de "hedge" e o item objeto de "hedge" de acordo com os objetivos da gestão de riscos e estratégia financeira. Adicionalmente, no início do "hedge" e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de "hedge" usado é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de "hedge", atribuível ao risco sujeito a "hedge". A nota explicativa nº 27 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de "hedge".

"Hedge" de valor justo: "hedge" de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado. Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como "hedge" de valor justo são registradas no resultado juntamente com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de "hedge" atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do "hedge accounting" é descontinuada prospectivamente quando a Companhia cancela a relação de "hedge", o instrumento de "hedge" vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de "hedge". O ajuste ao valor justo do item objeto de "hedge",

oriundo do risco de “hedge”, é registrado no resultado a partir dessa data;

- c. **Consumidores e concessionárias** - englobam o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, até o encerramento das demonstrações financeiras;
- d. **Provisão para créditos de liquidação duvidosa** - constituída em bases consideradas suficientes para fazer face as eventuais perdas na realização dos créditos, levando em conta os critérios estabelecidos pela ANEEL e práticas da Companhia;
- e. **Estoques** - os estoques estão valorizados ao custo médio da aquisição e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização;
- f. **Ativos e passivos financeiros setoriais** - referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber da Companhia sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão. Considerando-se que o contrato de concessão da Companhia foi atualizado em dezembro de 2014, para inclusão da base de indenização dos saldos remanescentes de diferenças temporárias entre os valores homologados e incluídos nas tarifas vigentes e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência, e considerando a orientação técnica OCPC-08 (Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil - Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade), a Companhia passou a ter um direito ou obrigação incondicional de receber ou entregar caixa ou outro instrumento financeiro ao Poder Concedente e, portanto, passou a registrar os valores dentro de seus respectivos períodos de competência. Esses ativos e passivos estão detalhados na nota explicativa nº 9;
- g. **Contas a receber da concessão** - representa a parcela do capital investido na infraestrutura, não amortizada no período da concessão, a ser indenizada ao final da concessão.

Com a publicação da Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, foi confirmada a utilização do VNR - Valor Novo de Reposição pelo Poder Concedente para pagamento de indenização dos ativos não amortizados no vencimento da concessão. A Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Os ativos financeiros relacionados ao contrato da concessão são classificados como disponíveis para venda, foram valorizados com base na BRR - Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia elétrica das distribuidoras.

A Companhia contabiliza a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais por refletir com mais propriedade o modelo de seu negócio de distribuição e transmissão de energia elétrica e melhor apresentar sua posição patrimonial e o seu desempenho. A classificação está corroborada pelo parágrafo 23 do OCPC 05 - Contrato de Concessão.

Desde 31 de dezembro de 2012 a Companhia passou a reconhecer o VNR - Valor Novo de Reposição, homologados pela ANEEL, dos ativos que compõem a concessão, com aplicação da variação do IGPM, alterado para IPCA a partir do exercício de 2016.

A partir do exercício de 2015 a Companhia classifica a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais por refletir com mais propriedade o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e melhor apresentar sua posição patrimonial e o seu desempenho. A classificação está corroborada pelo parágrafo 23 do OCPC 05 - Contrato de Concessão.

A Companhia reconhece a remuneração da parcela dos ativos que compõe a base de remuneração, inclusive da parcela ainda não homologada pela ANEEL, sendo que esta última é calculada com base em estimativas, considerando, além do IPCA, uma expectativa de glosas baseado na experiência da Administração e no histórico de glosas em homologações anteriores, o que reflete a

melhor estimativa de valor justo do ativo.

Esses ativos foram classificados como disponível para venda, cujos efeitos estão detalhados na nota explicativa nº 13;

- h. **Investimentos** - estão contabilizados ao custo de aquisição, líquido de provisão para perdas, quando aplicável;
- i. **Imobilizado** - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável;

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício.

**Depreciação:**

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e/ou de acordo com o prazo de concessão/autorização (nota explicativa nº 14);

- j. **Intangível** - contrato de concessão: representa a infraestrutura operada pela Companhia na prestação dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica. A amortização está baseada no padrão de consumo dos benefícios esperados durante o prazo da concessão;
- k. **Juros e encargos financeiros** - são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação;
- l. **Redução a valor recuperável**

**Ativo financeiro:**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir: (i) o atraso ou não pagamento por parte do devedor; (ii) a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições que não as mesmas consideradas em outras transações da mesma natureza; (iii) indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência; e (iv) o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas e os juros dos ativos financeiros são reconhecidos no resultado e refletidos em conta de provisão contra recebíveis, quando perdas, e reversão de desconto, quando juros. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda é revertida e registrada no resultado.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As alterações nas provisões de perdas por redução ao valor recuperável, atribuíveis ao método dos juros efetivo, são reconhecidos no resultado financeiro.

Ativo não financeiro:

A Administração da Companhia, revisa o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa - UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

. **Ativos intangíveis:** os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação a perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

. **Avaliação do valor em uso:** as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são:

- (i) **Receitas** - as receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado e a participação da Companhia neste mercado;
- (ii) **Custos e despesas operacionais** - os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas; e
- (iii) **Investimentos de capital** - os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta da energia e dos serviços.

As premissas principais são fundamentadas com base em projeções do mercado, no desempenho histórico da Companhia, nas premissas macroeconômicas e são documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

Os testes de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis da Companhia não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil na data da avaliação;

- m. **Empréstimos e financiamentos** - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva;

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possuem operações de swap foram reconhecidos pelo valor justo através do resultado do exercício;

- n. **Derivativos** - a Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juros. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado. Suas características estão demonstradas na nota explicativa nº 27;

- o. **Imposto de renda e contribuição social** - A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda corrente e diferido, calculados com base nas alíquotas efetivas, considerando a parcela dos incentivos fiscais. O imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%.

Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A entidade tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável;

- p. **Incentivos fiscais SUDENE** - como há segurança de que as condições estabelecidas para fruição do benefício serão cumpridas, os incentivos fiscais recebidos são reconhecidos no resultado do exercício e destinados a reserva de lucros específica, na qual são mantidos até sua capitalização (vide nota explicativa nº 12);
- q. **Provisões** - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis;
- r. **Ajuste a valor presente** - determinados títulos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento, nas datas das respectivas transações;
- s. **Dividendos** - os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o exercício contábil a que se refere as demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até a sua efetiva aprovação;
- t. **Resultado** - as receitas e despesas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. A Companhia contabiliza receitas e custos durante o período de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. A Companhia terceiriza suas obras e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida não justificando gastos adicionais para mensuração e controle dos mesmos e, portanto, atribui para essa atividade margem zero;

- u. **Benefícios pós emprego** - plano de suplementação de aposentadoria e pensões - a obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores, descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano. Um benefício econômico está disponível se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano. Os ganhos e perdas atuariais são contabilizados diretamente em outros resultados abrangentes;
- v. **Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)** - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço;
- w. **Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

#### 4 Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual estão disponíveis nas demonstrações financeiras.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica em seis municípios no Estado da Paraíba, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

#### 5 Caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

##### 5.1 Caixa e equivalente de caixa (avaliadas ao valor justo por meio do resultado)

A carteira de aplicações financeiras é constituída por Operações Compromissadas e Certificados de Depósito Bancário (CDB's). A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de dezembro de 2017 equivale a 97,52% do CDI (100,92% do CDI em 2016).

	2017	2016
Caixa e depósitos bancários à vista	5.806	3.650
Aplicações financeiras de liquidez imediata:	62.175	15.058
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	14.055
Compromissada	62.175	1.003
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa - circulante</b>	<b>67.981</b>	<b>18.708</b>



## 5.2 Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados (avaliadas ao valor justo por meio do resultado)

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDB's, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de dezembro de 2017 equivale a 102,47% do CDI (100,76% do CDI em 2016).

	2017	2016
<b>Avaliadas ao valor justo por meio do resultado</b>	<b>13.292</b>	<b>7.868</b>
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	2.701	3.458
Compromissadas <sup>(1)</sup>	52	91
Fundo de Investimento <sup>(2)</sup>	1.625	2.352
Fundo de Investimentos Exclusivos <sup>(3)</sup>	8.905	1.956
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	198	102
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	73	20
Debêntures	2.116	402
Compromissadas	201	26
Títulos públicos	7	17
Fundo de Crédito	-	77
Fundo de Renda Fixa	3.036	529
Letra Financeira do Tesouro(LFT)	954	161
Letra Financeira (LF)	2.283	616
Letra Financeira Subordinada(LFS)	37	6
Outros instrumentos	9	11
<b>Mantidas até o vencimento</b>	<b>486</b>	<b>482</b>
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) <sup>(4)</sup>	486	482
<b>Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados <sup>(5)</sup></b>	<b>13.778</b>	<b>8.350</b>
Circulante	10.594	4.546
Não Circulante	3.184	3.804

- (1) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas são remuneradas pelo CDI e estão lastreadas em debêntures emitidas pelo Banco.
- (2) Fundo de Investimento - É classificado como renda fixa e Multimercados e remunerado a 56,80% até 101,98% e média ponderada 101,41% do CDI.
- (3) Fundos de investimentos exclusivos, inclui aplicações em CDB, CCB, Debêntures, Compromissadas, Fundos de Renda Fixa, Fundos de Crédito, Títulos, LFT, LFS, LF e são remuneradas 102,47% do CDI Fundo FI Energisa e 104,94% do CDI Fundo Zona da Mata.
- (4) Fundo de investimentos em direitos creditórios - FIDC Energisa 2008 com vencimento em 29/12/2020.
- (5) Inclui R\$3.268 (R\$4.090 em 2016) referente a recursos vinculados a empréstimos, leilões de energia, bloqueios judiciais e conselho do consumidor.

## 6 Consumidores e concessionárias

Englobam, principalmente, o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, até o encerramento das demonstrações financeiras.

	Saldos a vencer		Saldos vencidos				Provisão p/ devedores duvidosos (5)	Total	
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	há mais de 360 dias		2017	2016
<b>Valores correntes: (1)</b>									
Residencial	4.902	-	4.306	425	31	2	(458)	9.208	8.874
Industrial	3.541	-	125	12	21	-	-	3.699	3.508
Comercial	5.398	-	825	65	15	-	(15)	6.288	5.475
Rural	360	-	432	72	1	-	-	865	753
Poder público	1.578	-	11	-	-	-	-	1.589	1.321
Iluminação pública	1.139	-	-	-	-	-	-	1.139	2.043
Serviço público	315	-	2	-	-	-	-	317	183
Fornecimento não faturado	7.511							7.511	6.899
<b>Valores renegociados:</b>									
Residencial	383	800	212	70	111	404	(778)	1.202	1.481
Industrial	335	1.075	24	10	17	230	(703)	988	1.197
Comercial	513	5.964	81	50	101	452	(1.070)	6.091	6.668
Rural	36	75	24	14	16	42	(119)	88	115
Poder público	214	185	-	-	-	-	-	399	472
Iluminação pública	109	2.287	-	-	-	-	-	2.396	-
(-) Ajuste valor Presente (3)	(18)	(1.589)	-	-	-	-	-	(1.607)	(2.679)
<b>Subtotal</b>	<b>26.316</b>	<b>8.797</b>	<b>6.042</b>	<b>718</b>	<b>313</b>	<b>1.130</b>	<b>(3.143)</b>	<b>40.173</b>	<b>36.310</b>
Suprimento Energia - Moeda Nacional (2)	5.187	-	812	-	-	-	-	5.999	10.071
Outros (4)	793	-	89	75	52	916	(33)	1.892	1.694
<b>Total</b>	<b>32.296</b>	<b>8.797</b>	<b>6.943</b>	<b>793</b>	<b>365</b>	<b>2.046</b>	<b>(3.176)</b>	<b>48.064</b>	<b>48.075</b>
Circulante								41.124	42.845
Não Circulante								6.940	5.230

(1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos.

(2) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

O saldo de suprimentos energia - moeda nacional em 31 de dezembro de 2017, refere-se ao registro dos valores da comercialização de energia no âmbito da CCEE no montante de R\$5.999 (R\$10.080 em 2016), deduzido das liquidações parciais ocorridas até 31 de dezembro de 2017. Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE.

A composição desses valores, referente a aquisição de energia elétrica e aos encargos de serviços do sistema de R\$5.601 (R\$4.335 em 2016), conforme demonstrados a seguir:

Composição dos créditos da CCEE	2017	2016
Créditos a vencer	5.187	986
Créditos vencidos (a)	812	9.094
<b>Sub-total créditos CCEE</b>	<b>5.999</b>	<b>10.080</b>
(-) Encargos de serviços do sistema	(152)	(4.335)
<b>Total créditos CCEE</b>	<b>5.847</b>	<b>5.745</b>

As transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência.

a) Créditos vencidos - CCEE - R\$812 (R\$9.094 em 31 de dezembro de 2016)

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia, possui valores a receber junto a CCEE referente ao período de dezembro de 2015 a dezembro de 2017, devidamente atualizados monetariamente, cujo repasse ainda não foi realizado pela CCEE. A expectativa de recebimento é no primeiro trimestre de 2018.

(3) Ajuste a valor presente: refere-se ao valor de ajuste para os contratos renegociados sem a inclusão de juros e para aqueles renegociados com taxa de juros de IPCA ou IGPM. Para o desconto a valor presente foi utilizado a taxa do CDI de 6,99% a.a. (13,63% a.a. em 2016). Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na

situação atual. A Administração entende que essa taxa de desconto representa adequadamente o custo de capital, tendo em vista a natureza, complexidade e volume das renegociações. Abaixo segue a demonstração do fluxo de caixa e sua temporalidade:

Exercício	Valor
2018	159
2019	180
2020	260
2021	310
2022 em diante	698
<b>Total</b>	<b>1.607</b>

- (4) Inclui serviços taxados e outros valores a receber de consumidores. A Companhia possui R\$762 referente ao ICMS incidente sobre a TUSD suspenso por liminares. Em contrapartida o valor é contabilizado na rubrica de ICMS em tributos e contribuições sociais no passivo não circulante.
- (5) Provisão para créditos de devedores duvidosos - foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseiam nas instruções da ANEEL e práticas adotadas pela Companhia, a seguir resumidas:

Clientes com débitos relevantes:

- Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos:

#### Instruções da Aneel

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - Vencidos há mais 360 dias.

#### Práticas da Companhia

- Contratos renegociados - (i) parcelas vencidas - são provisionadas as parcelas (ii) mais de 3 parcelas vencidas - são provisionadas as parcelas vencidas e a vencer.

Segue movimentação das provisões:

Movimentação das provisões	2017	2016
Saldo - inicial - circulante - 2016 e 2015	3.241	2.482
Provisões constituídas no exercício	904	1.667
Baixa de contas de energia elétrica - incobráveis	(952)	(908)
<b>Saldo - final - circulante - 2017 e 2016</b>	<b>3.193</b>	<b>3.241</b>
<b>Alocação:</b>		
Consumidores e concessionárias	3.176	3.171
Outros créditos	17	70

## 7 Tributos a recuperar

	2017	2016
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	2.001	2.497
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	4.240	3.613
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	3.112	2.537
Contribuições ao PIS e a COFINS	948	1.842
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	273	234
Outros	9	1.095
<b>Total</b>	<b>10.583</b>	<b>11.818</b>
Ativo circulante	9.245	8.865
Ativo não circulante	1.338	2.953

Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, ICMS sobre aquisição de bens para o ativo intangível/imobilizado e/ou recolhimentos de impostos e contribuições a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos no futuro, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

## 8 Reajuste, Revisão Tarifária e outros assuntos regulatórios

### 8.1 Reajuste tarifário:

Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

No exercício a companhia passou pela sua quarta revisão tarifária (vide nota explicativa nº 8.2)

### 8.2 Revisão tarifária:

A revisão tarifária periódica ocorre a cada 4 anos e neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

A ANEEL através da Resolução Homologatória nº 2.200 de 31 de janeiro de 2017, aprovou o resultado da quarta revisão tarifária da Companhia que vigora desde 04 de fevereiro de 2017, cujo impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi aumento de 0,43%.

### 8.3 Bandeiras tarifárias:

A partir de 2015, as contas de energia passaram a trazer o sistema de Bandeiras Tarifárias.

As Bandeiras Tarifárias têm como finalidade sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional -SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia - TE.

O sistema de Bandeiras Tarifárias é representado por:

Bandeira Tarifária Verde;

Bandeira Tarifária Amarela;

Bandeira Tarifária Vermelha, segregada em Patamar 1 e 2.

A Bandeira Tarifária Verde indica condições favoráveis de geração de energia, não implicando acréscimo tarifário.

A Bandeira Tarifária Amarela indica condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$2,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês. A partir de novembro de 2017 o acréscimo da tarifa passou a ser de R\$1,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh).

A Bandeira Tarifária Vermelha indica condições ainda mais custosas de geração. Essa bandeira é dividida em dois patamares, quais sejam:

Patamar 1: com a aplicação de uma tarifa de R\$3,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês;

Patamar 2: com aplicação de uma tarifa de R\$3,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês. A partir de novembro de 2017 o acréscimo da tarifa passou a ser de R\$5,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh).

A Resolução Homologatória nº 2.203/2017, com vigência a partir de fevereiro/2017, homologou os valores de Bandeiras Tarifárias Amarela e Vermelha, mencionadas anteriormente. Após a finalização da Audiência Pública AP nº 61/2017 a ANEEL aprovou a alteração dos valores das Bandeiras Tarifárias Amarela e Vermelha - Patamar 2.

Em 2017 e 2016 as bandeiras tarifárias vigoraram da seguinte forma:

	2017	2016
Janeiro	Verde	Vermelha Patamar 2
Fevereiro	Verde	Vermelha Patamar 1
Março	Amarela	Amarela
Abril	Vermelha Patamar 1	Verde
Maio	Vermelha Patamar 1	Verde
Junho	Verde	Verde
Julho	Amarela	Verde
Agosto	Vermelha Patamar 1	Verde
Setembro	Amarela	Verde
Outubro	Vermelha Patamar 2	Verde
Novembro	Vermelha Patamar 2	Amarela
Dezembro	Vermelha Patamar 1	Verde

#### 8.4 Outros assuntos regulatórios - sobrecontratação:

A sobrecontratação da Companhia é decorrente, principalmente, da obrigatoriedade que foi imposta às concessionárias de energia elétrica de adquirir energia no Leilão A-1 de 2015 e da migração de clientes especiais para o Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Independentemente da sua necessidade, as distribuidoras de energia elétrica do país estavam sujeitas à aquisição obrigatória de um mínimo de 96% dos seus Montantes de Reposição no último leilão de 2015, sendo que o descumprimento dessa regra configuraria riscos alheios à gestão dos agentes, inclusive com a imposição de prejuízos a Companhia, oriundos de atividade não remunerada (a aquisição de energia).

O Poder Concedente, diante do cenário de maior retração da economia e da renda, e, por conseguinte, da carga atendida pelos agentes de distribuição, editou o Decreto nº 8.828/16, alterando a obrigação de aquisição do montante mínimo obrigatório para futuros leilões, quando desnecessária. Quanto ao passado, foram mantidas as discussões e análise do tema junto aos agentes.

Da mesma forma, com relação à migração de clientes especiais do mercado cativo para o mercado livre, a ANEEL alterou a regulamentação permitindo a devolução da energia a eles correspondente, a partir de leilão A-1 de 2016. Não sendo possível a redução dos contratos existentes uma vez que esta possibilidade não estava clara para o vendedor no edital dos leilões anteriores, resta o reconhecimento destas sobras como involuntárias.

Por isso, o Grupo Energisa, recorreu a ANEEL para que essa sobrecontratação seja reconhecida como involuntária, afastando-se o prejuízo da Companhia. Em reunião da Diretoria da Aneel, realizada em 25 de abril de 2017, o regulador definiu que a aprovação da involuntariedade de cada distribuidora será avaliada individualmente, considerando o máximo esforço para atingimento do nível de cobertura contratual, conforme previsto na Resolução Normativa nº 453/2011. Cabe destacar que os processos administrativos abertos pelas empresas do setor de energia elétrica não foram deliberados pela ANEEL.

Ao longo de 2016 e início de 2017, o Grupo Energisa envidou seus melhores esforços e utilizou-se de todos os mecanismos disponíveis, tais como a participação nos Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSDs) Mensais e de Energia Nova e a realização de acordos bilaterais com geradores. Neste sentido, as distribuidoras do Grupo Energisa em conjunto, estimam ter encerrado o ano de 2017 dentro do limite regulatório (entre 100% e 105%), enquanto que em 2016 o nível de contratação foi de 110,3%, sendo que apenas a parcela considerada como não involuntária e acima de 105%, é considerado como exposição das distribuidoras.

Os valores incorridos até 31 de dezembro de 2016, não repassáveis para as tarifas dos consumidores, foram de R\$925 reconhecidos como ganho na demonstração do resultado daquele exercício.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a Companhia revisou os níveis de contratação em função de atualização de parâmetros regulatórios e acordos bilaterais retroativos. Por esta razão foi aplicada redução de R\$79 na provisão não repassável para as tarifas, reconhecida na demonstração do resultado do exercício. Restou

portanto um montante final de R\$846, provisionado com o objetivo de expurgar os efeitos de sobrecontratação involuntária, que não será repassado aos consumidores.

Adicionalmente a Companhia calculou os efeitos da sobrecontratação para o exercício de 2017 não identificando valores a serem contabilizados na demonstração do resultado do exercício.

## 9 Ativos e passivos financeiros setoriais

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados pela Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Os valores são realizados quando do início da vigência de outros períodos tarifários ou extinção de concessão com saldos apurados e não recuperados, os quais serão incluídos na base de indenização.

Os valores reconhecidos de ativos e passivos financeiros setoriais tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços.

Os aditivos contratuais emitidos pela Aneel, veem garantir que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

A Companhia contabilizou as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, conforme demonstrado a seguir:

Ativo financeiro setorial	Saldo em 2016	Receita Operacional		Resultado Financeiro	Transferência	Saldo em 2017	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
		Adição	Amortização	Remuneração						
<b>Itens da Parcela A (i)</b>										
Energia elétrica comprada para revenda	6.762	34.219	(3.195)	630	-	38.416	175	38.241	34.888	3.528
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	13	-	(11)	-	(2)	-	-	-	-	-
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	365	511	(299)	(2)	(472)	103	27	76	96	7
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	2.302	159	(2.461)	24	208	232	232	-	232	-
<b>Componentes financeiros</b>										
Neutralidade da Parcela A (iv)	4.075	3.078	(3.624)	14	(50)	3.493	343	3.150	3.202	291
CUSD	30	1.187	(31)	21	-	1.207	3	1.204	1.096	111
Exposição de submercados	75	2.893	(66)	138	(73)	2.967	-	2.967	2.693	274
Garantias (v)	591	468	(510)	32	-	581	46	535	532	49
Saldo a Compensar (vi)	1.496	(1)	(1.331)	-	(26)	138	138	-	138	-
<b>Total Ativo</b>	<b>15.709</b>	<b>42.514</b>	<b>(11.528)</b>	<b>857</b>	<b>(415)</b>	<b>47.137</b>	<b>964</b>	<b>46.173</b>	<b>42.877</b>	<b>4.260</b>

Passivo financeiro setorial	Saldo em 2016	Receita Operacional		Resultado Financeiro	Transferência	Saldo em 2017	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
		Adição	Amortização	Remuneração						
<b>Itens da Parcela A (i)</b>										
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	65	91	(61)	(78)	(2)	15	6	9	15	-
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	-	382	-	89	(471)	-	-	-	-	-
Encargo de serviços de sistema ESS (iii)	8.547	9.273	(6.970)	235	-	11.085	652	10.433	10.122	963
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	3.455	-	106	208	3.769	-	3.769	3.421	348
<b>Componentes financeiros</b>										
Neutralidade da Parcela A (iv)	-	51	-	-	(51)	-	-	-	-	-
Sobrecontratação de energia (ii)	9.946	19.717	(5.489)	1.601	-	25.775	498	25.277	23.443	2.332
Devoluções Tarifárias (viii)	416	1.187	-	98	-	1.701	-	1.701	-	1.701
CUSD	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Exposição de submercados	3.873	509	(3.941)	34	(73)	402	402	-	402	-
Garantias (v)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo a Compensar (vi)	211	644	(185)	26	(26)	670	-	670	608	62
Outros itens financeiros (vii)	286	538	(848)	81	-	57	57	-	57	-
<b>Total Passivo</b>	<b>23.344</b>	<b>35.847</b>	<b>(17.494)</b>	<b>2.192</b>	<b>(415)</b>	<b>43.474</b>	<b>1.615</b>	<b>41.859</b>	<b>38.068</b>	<b>5.406</b>
<b>Saldo Líquido</b>	<b>(7.635)</b>	<b>6.667</b>	<b>5.966</b>	<b>(1.335)</b>	<b>-</b>	<b>3.663</b>	<b>(651)</b>	<b>4.314</b>	<b>4.809</b>	<b>(1.146)</b>

**(i) Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A - CVA**

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

**(ii) Repasse de sobrecontratação/exposição involuntária de energia**

A distribuidora deve garantir, por meio de contratos de energia regulados, o atendimento de 100% do seu mercado. Contratações superiores ou inferiores a este referencial implicam na apuração, pela ANEEL, com aplicação nos processos de reajustes e revisões tarifárias, dos custos de repasse de aquisição do montante de sobrecontratação, limitado aos 5% em relação à carga anual regulatória de fornecimento da distribuidora e do custo da energia referente à exposição ao mercado de curto prazo. Conforme mencionado na nota 8.4, valores superiores ao limite de 105% estão em discussão e, portanto, ainda não foram reconhecidos.

**(iii) Encargo de Serviço do Sistema - ESS**

Representa um encargo destinado à cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços ancilares, prestados pelos usuários do Sistema Interligado Nacional - SIN.

**(iv) Neutralidade da Parcela A**

Refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas.

**(v) Garantias Financeiras**

Repasse dos custos decorrentes da liquidação e custódia das garantias financeiras previstas nos contratos de que tratam os art. 15 (geração distribuída por chamada pública), art. 27 (CCEAR de leilões de energia nova e existente) e art. 32 (leilões de ajuste) do Decreto nº 5.163/2004.

**(vi) Saldo a Compensar da CVA do ciclo anterior**

Conforme previsto no § 4º do artigo 3º da Portaria Interministerial MME/MF nº 25/2002, verifica-se se o saldo da CVA em processamento considerado no processo tarifário foi efetivamente compensado, levando-se em conta as variações ocorridas entre o mercado de energia elétrica utilizado na definição daquele processo tarifário e o mercado verificado nos 12 meses da compensação, bem como a diferença entre a taxa de juros projetada e a taxa de juros SELIC verificada.

**(vii) Outros itens financeiros**

Considera-se os demais itens financeiros de característica não recorrentes e específico das Distribuidoras, tais como, Reversão do financeiro RTE2015, Diferencial Eletronuclear, Repasse de Compensação DIC/FIC, etc.

**(viii) Devoluções Tarifárias**

Referem-se as receitas de ultrapassagem de demanda e excedentes de reativos auferidas a partir do 4º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica (4CRTP), iniciado a partir de agosto/2016, atualizadas mensalmente com aplicação da variação da SELIC e serão amortizadas a partir do início do 5º ciclo de Revisão Tarifária Periódica (5CRTP).

**10 Outros créditos**

	2017	2016
Subvenção Baixa Renda (1)	2.326	1.548
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	963	1.869
Ordens de serviço em curso - outros	21	20
Adiantamentos	306	274
Subvenção CDE - Desconto Tarifário (2)	3.998	193
Créditos de terceiros - Alienação de bens e direitos	746	574
Outros (3)	100	2
<b>Total - circulante</b>	<b>8.460</b>	<b>4.480</b>

- (1) Subvenção Baixa renda - Esses créditos referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético ambos sob a administração da Eletrobrás. O saldo refere-se as provisões de novembro e dezembro/2017. Administração não espera apurar perdas na realização do saldo. Segue a movimentação ocorrida no exercício:

	2017	2016
Saldo inicial - circulante - 2016 e 2015	1.548	1.278
Subvenção Baixa Renda	8.292	8.837
Ressarcimento e compensações pela CCEE/Eletrobrás	(7.514)	(8.567)
<b>Saldo final - circulante - 2017 e 2016</b>	<b>2.326</b>	<b>1.548</b>

- (2) Subvenção CDE - Desconto Tarifário: Refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizados pelo Governo Federal, através do Decreto nº 7.891 de 23 de janeiro de 2013, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, nos termos do inciso VII do caput do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002. O saldo em 31 de dezembro de 2017 corresponde a subvenções incorridas nos meses de novembro e dezembro de 2017 cujo ressarcimento será compensado no primeiro trimestre de 2018. Segue a movimentação ocorrida no exercício:

	2017	2016
Saldo inicial - circulante - 2016 e 2015	193	928
Desconto Tarifário Subvenção Irrigante e Rural	7.787	4.384
Ressarcimento e compensações pela CCEE/Eletrobrás	(3.982)	(5.119)
<b>Saldo final - circulante - 2017 e 2016</b>	<b>3.998</b>	<b>193</b>

- (3) Outros - Inclui R\$17 (R\$70 em 2016) de provisão para crédito de liquidação duvidosa e R\$105 referente a compartilhamento, conforme contrato aprovado pela ANEEL.

## 11 Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela ENERGISA S/A, (100% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB), Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE), Energisa Minas - Distribuidora de Energia S/A (EMG), Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (ENF), Energisa Serviços Aéreos S/A, Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda, Energisa Soluções S/A (ESO), Energisa Soluções e Construções em Linhas e Redes S/A, Energisa Geração Usina Maurício, Parque Eólico Sobradinho, Energisa Comercializadora de Energia S/A, Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A, Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A, Energisa Empreendimentos de Energia I S/A, Energisa Empreendimentos de Energia II S/A além das participações nas sociedades Denerge Desenvolvimento Energético S.A. e Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A, que conferiram à Energisa S/A o controle indireto da Rede Energia S/A e, por consequência, das sociedades: Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (EMS), Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A (EMT), Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (ETO), Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S/A (nova denominação social da Caiuá Distribuição de Energia S/A (ESS), que incorporou em 30 de junho de 2017 as empresas: (Companhia Força e Luz do Oeste (CFLO), Companhia Nacional de Energia Elétrica (CNEE), Empresa de Distribuição de Energia Elétrica do Vale do Paranapanema S/A (EDEV), Empresa Elétrica Bragantina S/A (EEB)), Multi Energisa Serviços S/A, Rede Power do Brasil S/A (REDE POWER), Companhia Técnica e Comercialização de Energia S/A (CTCE), Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S/A e QMRA Participações S/A.

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia:

	Serviços contratados (Despesas)	Energia elétrica comprada para revenda/ Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição (4)	Comissão aval (Despesa financeira) (5)	Saldo a pagar (Fornecedores)	Saldo a pagar (Comissão de Aval)
Energisa S/A (1)	4.808	-	755	5.550	84
Multi Energisa Serviços S/A (2)	436	-	-	-	-
Energisa Soluções S/A (3)	39	-	-	95	-
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A	-	7.708	-	-	-
2017	5.283	7.708	755	5.645	84
2016	7.131	2.771	587	564	-

- (1) Energisa S/A - refere-se a serviços administrativos e de compartilhamento de recursos humanos para execução de parcela dos macroprocessos prestados às suas controladas. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. Os contratos de compartilhamento foram aprovados pela ANEEL e firmados em 01 de



março de 2017 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo que deverá conter anuência da ANEEL.

- (2) **Muti Energisa Serviços S/A** - Refere-se a serviços de Call Center e Suporte a TI e foram submetidos à aprovação da ANEEL. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários.
- (3) **Energisa Soluções S/A** - as transações com as empresas ligadas referem-se a serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de projetos. Os contratos foram submetidos à aprovação da ANEEL e são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários.
- (4) Os valores de venda de energia e custo e uso de conexão estão suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL e foram efetuados em condições usuais de mercado.
- (5) Refere-se custo de comissão de aval, iniciado em fevereiro de 2013, de garantias da controladora sobre contratos da Companhia a razão de 1,5% a.a. O saldo em 31 de dezembro de 2017 monta em R\$114 (R\$21 em 2016).

### Remuneração dos administradores

	2017	2016
Remuneração Anual (a)	3.877	3.658
Remuneração dos membros do Conselho de Administração	952	804
Remuneração da Diretoria	1.359	1.385
Outros Benefícios (b)	1.236	361

- (a) Limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2017 foi aprovado na AGE de 28 de abril de 2017.
- (b) Inclui, encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida.

A maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes e conselheiros, relativas ao mês de dezembro, foram de R\$24 e R\$2 (R\$23 e R\$1 em 2016), respectivamente. A remuneração média no exercício foi de R\$8 (R\$8 em 2016).

## 12 Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

	2017	2016
<b>Ativo</b>		
Diferenças temporárias:		
Imposto de renda	14.086	18.323
Contribuição social sobre o lucro líquido	5.071	6.596
<b>Total - não circulante</b>	<b>19.157</b>	<b>24.919</b>
<b>Passivo</b>		
Diferenças Temporárias		
Imposto de renda	1.842	1.221
Contribuição social sobre o lucro líquido	663	439
<b>Totais líquidos - ativos não circulantes</b>	<b>16.652</b>	<b>23.259</b>

As diferenças temporárias são como segue:

	2017		2016	
	base de cálculo	IRPJ + CSSL	base de cálculo	IRPJ + CSSL
<b>Ativo</b>				
Creditos fiscais - ágio (1)	39.140	13.308	41.963	14.267
Outras provisões (PEE, P&D, honorários e outras)	7.539	2.563	8.242	2.802
Ativo financeiro setorial (CVA's)	-	-	7.635	2.596
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	4.352	1.480	6.531	2.221
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - PCLD	3.193	1.086	3.241	1.102
Ajustes a valor presente	1.607	546	2.679	911
Outras adições/exclusões temporárias	156	53	661	225
Marcação a mercado - derivativos	28	10	1.389	472
Marcação a mercado - dívida	327	111	951	323
IRPJ e CSSL sobre a parcela do VNR do contas a receber da concessão e atualizações:	(7.368)	(2.505)	(4.883)	(1.660)
<b>Total - ativo não circulante</b>	<b>48.974</b>	<b>16.652</b>	<b>68.409</b>	<b>23.259</b>

(1) O benefício fiscal do ágio está sendo amortizado pelo período remanescente de exploração da concessão, pelo método linear.

A seguir está apresentada a estimativa para as realizações dos impostos diferidos. As projeções de resultados utilizadas no estudo de recuperabilidade desses ativos foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

Exercício	Realização dos créditos fiscais
2018	998
2019	1.416
2020	1.646
2021	1.641
2022	1.706
2023 a 2025	11.750
<b>Total</b>	<b>19.157</b>

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados são demonstrados como segue:

	2017	2016
Lucro antes dos impostos	38.244	18.547
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados às alíquotas fiscais combinadas	(13.003)	(6.306)
Ajustes:		
Redução do imposto de renda e adicionais - SUDENE (*)	6.387	4.619
Redução do imposto de renda e adicionais - SUDENE - Efeito PERT (**)	(2.014)	-
Outros (**)	1.125	75
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(7.505)	(1.612)
Alíquota efetiva	19,62%	8,69%

(\*) A Companhia possui redução do imposto de renda e adicionais. Em dezembro de 2012 a Companhia obteve aprovação do Ministério da Integração Social os novos pedidos de benefício fiscal de 75% para o período de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2021 e o deferimento de seus pedidos junto à Receita Federal - Ato Declaratório Executivo nº 13 de 03 de junho de 2013, consiste na redução de até 75% do Imposto de Renda calculado sobre o lucro de exploração. Os valores de redução do imposto de renda e adicionais - Incentivo SUDENE- auferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, foram registrados diretamente na demonstração de resultado do exercício na rubrica "imposto de renda e contribuição social corrente" de acordo com a Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08.

(\*\*) A Companhia efetuou recálculos das bases tributáveis dos exercícios de 2013, 2014, 2015, 2016, em decorrência da alteração do critério de tributação do regime de caixa para competência sobre os valores de ativos e passivos financeiros setoriais (CVA) e a desistência de processos que se encontravam em discussões judiciais referente a assuntos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, cujos os débitos originados dessas novas apurações foram incluídos no Programa Especial de Regularização Tributária denominado PERT, resultando em contabilização dos efeitos de imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro registrados no exercício.

### 13 Contas a receber da concessão

A Lei nº 12.783/13, determinou a metodologia que deve ser adotada na indenização dos ativos de geração, transmissão e distribuição ao final da concessão, o VNR - Valor novo de reposição.

Desde 31 de dezembro de 2012 a Companhia passou a reconhecer o VNR, homologado pela ANEEL, dos ativos que compõe a concessão, com aplicação do IGPM. Em novembro de 2015, a ANEEL através da Resolução Normativa nº 686/2015, aprovou a revisão do Submódulo 2.3 dos Procedimentos de Revisão Tarifária (PRORET) da Base de Remuneração Regulatória (BRR), onde determinou que a base de remuneração fosse corrigida pela aplicação do IPCA.

A remuneração do contas a receber da concessão VNR foi registrada em receitas operacionais como ativo financeiro indenizável da concessão no montante de R\$2.534 (R\$1.396 em 2016).

O valor registrado no exercício de 2017 inclui a parcela do processo do 4º ciclo tarifário aprovado pela Aneel através da Resolução Homologatória nº 2.200, de 31 de janeiro de 2017, Nota Técnica nº. 007/2017 - SGT/ANEEL.

Esse direito está classificado como ativo financeiro disponível para venda no ativo não circulante. A Companhia registra as variações no fluxo de caixa estimado desse ativo financeiro no resultado operacional do exercício.

Segue as movimentações ocorridas no exercício:

	2017	2016
Ativo financeiro valor justo - 2016 e 2015	47.949	40.871
Adições no exercício (*)	5.573	5.695
Baixas no exercício	(441)	(13)
Receitas operacionais - ativo financeiro indenizável da concessão (**)	2.534	1.396
Ativo financeiro valor justo - 2017 e 2016	<u>55.615</u>	<u>47.949</u>

(\*) Transferência do intangível para o grupo de contas a receber da concessão.

(\*\*) Os ativos são atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de reajuste tarifário. No exercício além da aplicação da variação do IPCA sobre a base blindada, devidamente homologada pela ANEEL conforme Nota Técnica nº 07/2017-SGT/ANEEL, que resultou no valor de R\$2.450 (R\$1.396 em 2016), também foi reconhecido R\$84 de atualização da base incremental. Possíveis variações decorrentes do critério de cálculo do VNR também são consideradas.

### 14 Intangível e Imobilizado

	2017	2016
Intangível - Contrato de concessão	76.025	74.744
Imobilizado	877	955
Total	<u>76.902</u>	<u>75.699</u>

Intangível - Contrato de concessão

Refere-se a parcela da infraestrutura utilizada na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas durante o prazo da concessão.

	Taxa média de depreciação (%)	Saldo 2016	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização/ Depreciação (**)	Saldo 2017
<b>Em Serviço</b>							
Custo	4,32%	180.213	-	7.370	(2.603)	-	184.980
Amortização Acumulada		(90.680)	-	-	1.955	(8.878)	(97.603)
Subtotal		89.533	-	7.370	(648)	(8.878)	87.377
Em Curso		6.350	14.216	(7.370)	(5.642)	-	7.554
<b>Total Intangível</b>		<b>95.883</b>	<b>14.216</b>	<b>-</b>	<b>(6.290)</b>	<b>(8.878)</b>	<b>94.931</b>
<b>Obrigações vinculadas à concessão</b>							
<b>Em Serviço</b>							
Custo		53.742	-	680	-	-	54.422
Amortização Acumulada	4,04%	(33.721)	-	-	-	(4.247)	(37.968)
Subtotal		20.021	-	680	-	(4.247)	16.454
Em Curso		1.118	2.083	(680)	(69)	-	2.452
<b>Total Obrigações Vinculadas</b>		<b>21.139</b>	<b>2.083</b>	<b>-</b>	<b>(69)</b>	<b>(4.247)</b>	<b>18.906</b>
<b>Total Intangível</b>		<b>74.744</b>	<b>12.133</b>	<b>-</b>	<b>(6.221)</b>	<b>(4.631)</b>	<b>76.025</b>
<b>Imobilizado em Serviço</b>							
Software	20,00%	4	-	-	(4)	-	-
Máquinas e equipamentos	17,37%	1.615	-	97	-	-	1.712
Veículos	14,69%	67	-	-	-	-	67
Móveis e utensílios	6,25%	1.079	-	11	-	-	1.090
<b>Total do imobilizado em serviço</b>		<b>2.765</b>	<b>-</b>	<b>108</b>	<b>(4)</b>	<b>-</b>	<b>2.869</b>
<b>Depreciação acumulada:</b>							
Software		(4)	-	-	4	-	-
Máquinas e equipamentos		(1.036)	-	-	-	(143)	(1.179)
Veículos		(67)	-	-	-	-	(67)
Móveis e utensílios		(703)	-	-	-	(43)	(746)
<b>Total Depreciação acumulada</b>		<b>(1.810)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4</b>	<b>(186)</b>	<b>(1.992)</b>
<b>Subtotal Imobilizado</b>		<b>955</b>	<b>-</b>	<b>108</b>	<b>-</b>	<b>(186)</b>	<b>877</b>
<b>Imobilizado em curso</b>		<b>-</b>	<b>108</b>	<b>(108)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total do Imobilizado</b>		<b>955</b>	<b>108</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(186)</b>	<b>877</b>
<b>Total Ativo Intangível e Imobilizado</b>		<b>75.699</b>	<b>12.241</b>	<b>-</b>	<b>(6.221)</b>	<b>(4.817)</b>	<b>76.902</b>

(\*) Das baixas no montante de R\$6.221, R\$5.573 refere-se as transferências do ativo intangível líquido das obrigações especiais para o contas a receber da concessão e R\$648 referem-se as baixas realizadas no exercício, inicialmente contabilizadas nas Ordens de desativação - ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

O montante transferido do ativo intangível, líquido das obrigações especiais, para o contas a receber da concessão de R\$5.573 (R\$5.695 em 2016), corresponde a parcela bifurcada do ativo intangível a ser indenizada no final da concessão pelo Poder Concedente, conforme prevê o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica que está enquadrado nos critérios de aplicação da interpretação técnica do ICPC 01 (IFRIC 12).

(\*\*) A Companhia registrou no exercício, crédito de PIS/COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$62 (R\$35 em 2016).

	Taxa média de depreciação (%)	Saldo 2015	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização / Depreciação	Saldo 2016
<b>Em Serviço</b>							
Custo	4,34%	177.822	-	13.096	(10.705)	-	180.213
Amortização Acumulada		(91.128)	-	-	9.187	(8.739)	(90.680)
Subtotal		86.694	-	13.096	(1.518)	(8.739)	89.533
Em Curso		13.983	15.834	(13.096)	(10.371)	-	6.350
<b>Total Intangível</b>		<b>100.677</b>	<b>15.834</b>	<b>-</b>	<b>(11.889)</b>	<b>(8.739)</b>	<b>95.883</b>
<b>Obrigações vinculadas à concessão</b>							
<b>Em Serviço</b>							
Custo		52.910	-	832	-	-	53.742
Amortização Acumulada	3,92%	(32.021)	-	-	-	(1.700)	(33.721)
Subtotal		20.889	-	832	-	(1.700)	20.021
Em Curso		4.537	2.089	(832)	(4.676)	-	1.118
<b>Total Obrigações Vinculadas</b>		<b>25.426</b>	<b>2.089</b>	<b>-</b>	<b>(4.676)</b>	<b>(1.700)</b>	<b>21.139</b>
<b>Total Intangível</b>		<b>75.251</b>	<b>13.745</b>	<b>-</b>	<b>(7.213)</b>	<b>(7.039)</b>	<b>74.744</b>
<b>Imobilizado em Serviço</b>							
Software	20,00%	4	-	-	-	-	4
Máquinas e equipamentos	16,84%	1.356	-	259	-	-	1.615
Veículos	14,29%	67	-	-	-	-	67
Móveis e utensílios	6,25%	1.062	-	17	-	-	1.079
<b>Total do imobilizado em serviço</b>		<b>2.489</b>	<b>-</b>	<b>276</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.765</b>
<b>Depreciação acumulada:</b>							
Software		(3)	-	-	-	(1)	(4)
Máquinas e equipamentos		(900)	-	-	-	(136)	(1.036)
Veículos		(58)	-	-	-	(9)	(67)
Móveis e utensílios		(660)	-	-	-	(43)	(703)
<b>Total Depreciação acumulada</b>		<b>(1.621)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(189)</b>	<b>(1.810)</b>
<b>Subtotal Imobilizado</b>		<b>868</b>	<b>-</b>	<b>276</b>	<b>-</b>	<b>(189)</b>	<b>955</b>
<b>Imobilizado em curso</b>		<b>-</b>	<b>276</b>	<b>(276)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total do Imobilizado</b>		<b>868</b>	<b>276</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(189)</b>	<b>955</b>
<b>Total Ativo Intangível e Imobilizado</b>		<b>76.119</b>	<b>14.021</b>	<b>-</b>	<b>(7.213)</b>	<b>(7.228)</b>	<b>75.699</b>

(\*) Das baixas no montante de R\$7.213, R\$5.695 refere-se as transferências do ativo intangível líquido das obrigações especiais para o contas a receber da concessão e R\$1.518 referem-se as baixas realizadas no exercício, inicialmente contabilizadas nas Ordens de desativação - ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

O montante transferido do ativo intangível, líquido das obrigações especiais, para o contas a receber da concessão de R\$5.695 em 2016, corresponde a parcela bifurcada do ativo intangível a ser indenizada no final da concessão pelo Poder Concedente, conforme prevê o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica que está enquadrado nos critérios de aplicação da interpretação técnica do ICPC 01 (IFRIC 12).

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Normativa nº 691 de 08 de dezembro de 2015, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização do intangível está sendo realizada de acordo com as taxas da Resolução Normativa da ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, limitada ao prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 4,32% (4,34% em 2016).

O saldo do intangível e do contas a receber da concessão, está reduzido pelas obrigações vinculadas a concessão, que são representadas por:

	2017	2016
Contribuições do consumidor <sup>(1)</sup>	55.185	53.101
Participação do Governo do Estado <sup>(2)</sup>	3.774	3.774
Reserva para reversão	12	12
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	4.353	4.353
(-) Amortização acumulada	(37.968)	(33.721)
<b>Total</b>	<b>25.356</b>	<b>27.519</b>
<b>Alocação:</b>		
Contas a receber da concessão	6.450	6.380
Infraestrutura - Intangível em serviço	16.454	20.021
Infraestrutura - Intangível em curso	2.452	1.118
<b>Total</b>	<b>25.356</b>	<b>27.519</b>

(1) As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.

(2) A participação do Governo do Estado, estão destinados ao Programa Luz para Todos.

## Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente

A Companhia passou pelo 3º ciclo de revisão tarifária em fevereiro de 2013 e, a partir dessa data, os faturamentos da ultrapassagem de demanda e energia reativa excedente passaram a ser contabilizados na rubrica Obrigações Especiais.

Conforme Resolução Normativa nº 660 de 28 de abril de 2015 e Despacho ANEEL nº 245, de 28 de janeiro de 2016, a partir do 4º ciclo de revisão tarifária a Receita de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente passou a ser contabilizada na rubrica Passivos Financeiros Setoriais. A Companhia passou pelo 4CRTP em 2017.

## 15 Fornecedores

	2017	2016
Contratos Bilaterais (1)	11.439	12.430
Operador Nacional do Sistema Elétrico ONS (1)	1.276	380
Conexão à rede (1)	5	7
Uso do sistema de distribuição (1)	1.110	679
Encargos de Serviço no Sistema (1)	5.601	4.335
Materiais, serviços e outros (2)	4.112	2.664
<b>Total</b>	<b>23.543</b>	<b>20.495</b>
Circulante	23.140	20.092
Não circulante	403	403

(1) Refere-se a aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.

(2) Referem-se as aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição e comercialização de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 40 dias.

## 16 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

O saldo dos empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa efetiva de juros.

	2017	2016
Empréstimos e financiamentos - moeda nacional	83.067	40.185
Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	40.343	19.753
Encargos de dívidas - moeda nacional	933	184
Encargos de dívidas - moeda estrangeira	651	576
(-) Custos a amortizar	(133)	(140)
(-) Marcação a mercado de dívidas	327	951
<b>Total</b>	<b>125.188</b>	<b>61.509</b>
Circulante	30.699	8.871
Não Circulante	94.489	52.638

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade de Amortização	Taxa efetiva de juros (**)	Garantias (*)
	2017	2016					
FIDC Grupo Energisa III	5.030	5.059	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal	10,64%	F
Repasse BNDES I - BNB	2.565	2.887	UMBND + 3,90% a.a.	mar/23	Mensal	3,96%	A
Repasse BNDES II - BNB	7.233	8.179	TJLP + 3,90% a.a.	mar/23	Mensal	11,02%	A
Repasse BNDES - Bradesco (3)	3.013	2.566	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	11,08% a 11,38%	A
Repasse BNDES - Itaú (3)	2.630	2.240	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	11,08% a 11,38%	A
Repasse BNDES - Bradesco (3)	2.187	2.166	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	14,19%	A
Repasse BNDES - Itaú (3)	1.909	1.891	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	14,19%	A
Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE) - BNB <sup>(5)</sup>	-	1.145	7,50% a.a. (Pré)	jun/17	Mensal	7,50%	F + E
Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE) - BNB <sup>(5 e 6)</sup>	-	3.393	10,00% a.a. (Pré)	ago/19	Mensal	10,00%	F + E
FINAME - Itaú BBA	2.351	2.809	2,50% a 8,70% a.a. (Pré)	nov/24	Mensal	2,50% a 8,70%	A
NOTA PROMISSÓRIA SAFRA - 1º SÉRIE (4)	1.077	-	CDI + 1,65%	abr/18	Mensal	11,59%	A
NOTA PROMISSÓRIA SAFRA - 2º SÉRIE (4)	9.696	-	CDI + 1,65%	mar/19	Mensal	11,59%	A
BNDES FINEM - Itaú BBA (4)	4.085	5.307	TJLP + 3,10% a.a.	abr/21	Mensal	10,22%	A
BNDES FINEM - Itaú BBA (4)	2.194	2.727	SELIC + 3,10% a.a.	abr/21	Mensal	12,95%	A
Nota Taxa Flutuante FNR - Santander (7)	40.030	-	CDI + 1,3248%	dez/20	semestral	11,26%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(133)	(140)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	83.867	40.229					
Resolução 4131 - Itaú BBA (1 e 4)	20.624	20.329	4,8535% a.a. (Pré)	jul/18	Final	6,35%	A
Resolução 4131 - Citibank BBA (1 e 4)	20.370	-	Libor + 0,97% a.a.	nov/20	Final	3,77%	A
(+) Marcação à Mercado de Dívida (2)	327	951					
Total em Moeda Estrangeira	41.321	21.280					
Total	125.188	61.509					

A = Aval Energisa S.A., E = Fundo de reserva, F=Recebíveis.

- (1) Os contratos em moeda estrangeira possuem proteção de swap cambial e instrumento financeiro derivativo (vide nota explicativa nº 27).
- (2) As operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo ou pela designação como "Fair Value Option" (nota explicativa nº 27).
- (3) A controladora Energisa S/A., firmou um acordo de investimentos com a BNDES Participações S.A - BNDESPAR por meio de um sindicato de bancos, formado entre Itaú Unibanco S.A., Banco Bradesco S.A., Banco BTG Pactual S.A. e Banco Citibank S.A., visando o repasse no âmbito dos programas FINAME e FINEM, no montante de R\$10.693, sujeito ao atendimento das condições estabelecidas entre os Agentes Repassadores e à confirmação, aprovação e disponibilidade de recursos por parte do BNDES.

O Acordo de Investimentos prevê, ainda, o compromisso de implementar alterações no Estatuto Social da controladora Energisa S.A. de forma a adequá-lo às melhores práticas de governança e adesão ao Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa em até 48 meses contatos da data de emissão das debentures de 7ª emissão da controladora Energisa S.A.

Até 31 dezembro de 2017 foram liberados R\$10.693, referente a 1ª tranche do programa do Acordo de Investimentos.

Esses recursos serão destinados a expansão e modernização do sistema de distribuição de energia elétrica na área de concessão da companhia, além de investimentos na aquisição de máquinas e equipamentos e investimentos sociais não contemplados nos licenciamentos ambientais.

Os contratos junto ao BNDES possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora Energisa S.A.. Além disto, estes contratos possuem obrigações contratuais não financeiras, como envio periódico de informações, cumprimento regular de normas trabalhistas, manutenção de licenças necessárias à operação, bem como de seguros, entre outras, que são avaliadas pelo banco quanto ao fiel atendimento. O descumprimento desses níveis e obrigações pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativo nº 27 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 31 de dezembro de 2017, as exigências contratuais foram cumpridas.

- (4) Os contratos possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora Energisa S.A. O descumprimento

desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2017, os índices foram cumpridos (vide nota explicativa nº 27).

- (5) Considera Bônus adimplemento de 25% e 15% sobre juros, para investimentos no semiárido e fora do semiárido, respectivamente.
- (6) A Companhia liquidou antecipadamente seus empréstimos junto ao Banco do Nordeste em dezembro/2017.
- (7) Visando o reforço de capital de giro e redução de custo financeiro, a Companhia captou 40.000 em FRN (Nota Taxa Flutuante), com vencimento final em 28/12/2020. A FRN tem data de emissão de 21/12/2017 e fazem jus a uma remuneração CDI + 1,3248% a.a.
- (\*) Para garantia do pagamento das parcelas de curto prazo, a Companhia mantém aplicações no montante R\$3.184 (R\$4.215 em 2016), registrados na rubrica "Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados" no ativo circulante e não circulante.
- (\*\*) Inclui variação cambial para as dívidas em moeda estrangeira.

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas nos exercícios:

Moeda/indicadores	2017	2016
US\$ x R\$	1,50%	-16,54%
TJLP	7,12%	7,50%
SELIC	9,85%	14,02%
CDI	9,94%	14,00%
LIBOR	1,30%	0,67%
UMBNB	0,06%	0,07%

Os financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2017
2019	30.867
2020	55.660
2021	5.184
2022	2.240
Após 2022	538
<b>Total</b>	<b>94.489</b>

Seguem as movimentações ocorridas nos exercícios:

Descrição	2017	2016
<b>Saldos em 2016 e 2015</b>	<b>61.509</b>	<b>72.249</b>
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	72.221	31.130
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	6.621	4.504
Custos Apropriados	(52)	(59)
Marcação a Mercado das Dívidas	(624)	915
Pagamento de principal	(9.943)	(42.675)
Pagamento de juros	(4.544)	(4.555)
<b>Saldos em 2017 e 2016</b>	<b>125.188</b>	<b>61.509</b>
Circulante	30.699	8.871
Não circulante	94.489	52.638



Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos exercícios subsequentes são:

Contratos	2018	2019	2020 em diante	Total
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	8	8	7	23
Banco Itaú BBA - BNDES	20	20	40	80
Nota Promissória SAFRA 1º Série	1	-	-	1
Nota Promissória SAFRA 2º Série	23	6	-	29
	52	34	47	133

## 17 Impostos e contribuições sociais

	2017	2016
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (*)	7.411	7.360
Encargos sociais	297	353
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	402	5.760
Contribuição social s/ o lucro líquido - CSLL	170	2.103
Contribuições ao PIS e a COFINS	1.877	1.046
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	52	55
Outros	123	2.399
<b>Total</b>	<b>10.332</b>	<b>19.076</b>
Circulante	8.801	8.333
Não circulante	1.531	10.743

(\*) A Companhia possui R\$762 (R\$762 em 2016) referente ao ICMS incidente sobre a TUSD suspenso por liminares (vide nota explicativa nº 6).

A Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, instituído pela Lei nº 13.496/2017 (MP 783/2017), com pagamento em 5 parcelas iguais e sucessivas, correspondente a 5% do saldo devedor, corrigidos pela variação da Selic e optou por liquidar o saldo remanescente do débito no montante de R\$4.332 com a utilização de prejuízos fiscais e/ou base negativa de contribuição social, adquiridos da controladora. A adesão ao programa gerou redução de multas e juros de R\$1.566, registrado na rubrica de "Outras receitas financeiras" na demonstração do resultado do exercício.

A Companhia deve manter os pagamentos regular dos impostos, contribuições e demais obrigações para garantir as condições do programa. A consolidação dos débitos será realizada pela Receita Federal do Brasil em até cinco anos.

Segue demonstração dos valores incluídos no Programa:

	Principal	Multas	Juros	Débito Atualizado em 2017
INSS	498	99	166	763
IRPJ e CSLL	3.693	739	1.014	5.446
<b>Total</b>	<b>4.191</b>	<b>838</b>	<b>1.180</b>	<b>6.209</b>

	Principal
Valor do débito	4.191
Atualização (juros + multas)	2.018
<b>Total</b>	<b>6.209</b>
<b>Liquidação</b>	
Pagamento a vista (antecipações) - 5%	(311)
Redução de multas e juros (outras receitas financeiras)	(1.566)
Valor utilizado de Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa de CSLL - adquiridos da controladora	(4.332)
<b>Total</b>	<b>(6.209)</b>

## 18 Encargos setoriais

	2017	2016
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (1)	1.978	2.322
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT	81	75
Ministério de Minas e Energia - MME	40	38
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL	166	-
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	1.683	1.306
Programa de Eficiência Energética - PEE	1.863	2.495
<b>Total</b>	<b>5.811</b>	<b>6.236</b>
Circulante	3.228	4.463
Não circulante	2.583	1.773

(1) A Resolução Homologatória nº 2.077 da ANEEL, de 07 de junho de 2016, homologa as quotas anuais da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE para o ano de 2016 e a Resolução Homologatória nº 2.204 de 07 de março de 2017, que altera a Resolução Homologatória nº 2.202 de 07 de fevereiro de 2017, homologa as quotas da CDE para o ano de 2017.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE - refere-se a: (i) cota anual do exercício 2017 no montante de R\$ 318 (R\$387 em 2016); ii) cota destinada a devolução do aporte de CDE no montante de R\$ 627 (R\$590 em 2016); iii) cota destinada a devolução do aporte da conta no Ambiente de Contratação Regulada ("Conta ACR") no montante de R\$ 1.033 (R\$ 1.345 em 2016).

O contrato de concessão da Companhia estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado ao Programa de Eficiência Energética (PEE), Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), ao Ministério de Minas e Energia (MME) e ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848 de 15 de março de 2004, nº 11.465 de 28 de março de 2007, nº 12.212 de 21 de janeiro de 2010 e nº 13.280 de 03 de maio de 2016.

A atualização das parcelas referentes ao PEE e P&D é efetuada pela taxa de juros SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 176 de 28 de novembro de 2005, nº 219 de 11 de abril de 2006, nº 300 de 12 de fevereiro de 2008, nº 316 de 13 de maio de 2008, nº 504 de 14 de agosto de 2012, nº 556 de 18 de junho de 2013 e Ofício Circular nº 1.644/2009-SFF/ANEEL de 28 de dezembro de 2009.

Por meio da Resolução Normativa nº 316, de 13 de maio de 2008, alterada pela Resolução Normativa nº 504 de 14 de agosto de 2012 e a Resolução Normativa nº 556 de 18 de junho de 2013, a ANEEL estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do P&D e PEE, respectivamente. Entre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e o cronograma de recolhimento ao FNDCT e ao MME.

Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D estão registrados na rubrica de serviços em curso até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa, enquanto a realização das obrigações por aquisição de ativo intangível, tem como contrapartida Obrigações Especiais.

## 19 Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

Uma provisão é reconhecida no momento em que a obrigação for considerada provável pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada. Por sua natureza, os processos judiciais serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Segue demonstrativo da movimentação das provisões constituídas:

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	2017	2016
Saldos iniciais - 2016 e 2015	3.750	2.412	369	6.531	8.097
Constituições de provisões	809	2.116	-	2.925	1.849
Reversões de provisões	(44)	(413)	(226)	(683)	(1.886)
Pagamentos realizados	(3.285)	(1.291)	-	(4.576)	(2.038)
Atualização monetária	70	56	30	156	508
<b>Saldos finais - 2017 e 2016</b>	<b>1.300</b>	<b>2.880</b>	<b>173</b>	<b>4.353</b>	<b>6.531</b>
Cauções e depósitos vinculados (*)				(1.098)	(525)

(\*) A Companhia possui cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante no montante de R\$5.057 (R\$5.113 em 2016). Deste total, R\$3.959 (R\$4.588 em 2016) não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de êxito ser possível ou remoto.

## Perdas prováveis:

### Trabalhistas

A maioria dessas ações discutem horas extras, equiparação salarial, acidente de trabalho, FGTS e do saldo apresentado em 2017.

No exercício foram constituídos R\$809 de novas provisões e reversões de provisões anteriormente constituídas de R\$44. O incremento de provisão refere-se basicamente a revisões dos cálculos de liquidação ante a realização de provas periciais, sentenças e acórdãos, bem como a entrada de novos processos requerendo indenizações por acidente, danos morais/materiais, inscrição no Serasa, danos elétricos e queima de equipamentos, rede de distribuição, entre outros. Foram liquidados no exercício cerca de R\$3.285, referente ao pagamento de condenações e acordos realizados no exercício, sendo que, desse montante o valor de R\$2.453 refere-se ao processos nº 0017500-82.2014.513.0008, envolvendo o questionamento de ticket alimentação de empregados e o valor restante R\$832, está relacionado ao pagamento dos demais processos.

### Cíveis

Os processos cíveis discute-se principalmente indenizações por acidente com lesão e danos morais/materiais, inscrição no Serasa, danos elétricos e queima de equipamentos, rede de distribuição cuja causa reflete a extensão de rede e demora no atendimento, suspensão de fornecimento indevida e reclamações de consumidores, envolvendo débitos de energia.

No exercício foram constituídos R\$2.116 de novas provisões e reversões de provisões anteriormente constituídas de R\$413. O incremento de provisão refere-se basicamente a revisões dos cálculos de liquidação ante a realização de provas periciais, sentenças e acórdãos, bem como a entrada de novos processos requerendo indenizações por acidente, danos morais/materiais, inscrição no Serasa, danos elétricos e queima de equipamentos, rede de distribuição, entre outros. Foram liquidados no exercício cerca de R\$1.291, referente ações cíveis.

### Fiscais

Refere-se a discussões relacionadas à INSS, ICMS, ISS, DCTF e multa Procon. Os processos encontram-se com a exigibilidade de seus créditos suspensa, seja por estarem em trâmite os processos administrativos, seja por se encontrarem devidamente garantidas as execuções fiscais em andamento.

No exercício não teve novas provisões e R\$226 de reversões de provisões anteriormente constituídas. A administração da Companhia entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião dos seus consultores jurídicos, foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável.

A Companhia também está sujeita a várias reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas, que advêm do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações circunstanciais tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inscrições fiscais ou exposições identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### Perdas possíveis:

A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante total de R\$56.706 (R\$34.644 em 2016), cuja probabilidade de perdas foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requer a constituição de provisão.

O incremento de R\$22.062 registrado no exercício está sendo influenciado pelas movimentações realizadas no contencioso fiscal (acrescimento de R\$13.100) e contencioso cível (acréscimo de R\$7.900), conforme detalhado adiante.

#### Trabalhistas

As ações judiciais de natureza trabalhistas no montante de R\$2.978 (R\$3.382 em 2016), referem-se aos seguintes objetos: horas extras, adicional de periculosidade, horas de sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como a responsabilidade subsidiária da Companhia em relação às verbas referentes aos contratos de trabalho firmados entre as empresas que lhe prestam serviços e seus empregados.

A redução de R\$404 refere-se basicamente ao encerramento de processos onde se discute horas extras, vínculo empregatício, acidente de trabalho, equiparação salarial, entre outros.

#### Principal Processo

. Ação 0130097.2014.5.13.0009 onde se discute questões relacionadas a indenização danos morais e materiais com valor envolvido de R\$246 (R\$241 em 2016).

#### Cíveis

Ações judiciais de natureza cível no montante de R\$13.658 (R\$5.758 em 2016), têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica em razão da incerteza de seu valor; (ii) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, de variações de tensão elétrica, ou de falta momentânea de energia; (iii) compra de energia elétrica; e (iv) multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que encontram-se em processo de defesa administrativa.

O incremento de R\$7.900 refere-se principalmente à entrada de novos processos onde se discute oscilação de tensão, suspensão de fornecimento, alteração cadastral, negativação indevida, variação/revisão de consumo, entre outros, bem como à atualização dos processos existentes.

#### Principais Processos

. Ação 2002.34.00.029.093-7 onde se discute questões relacionadas a auto de infração/CADE com valor envolvido de R\$1.512 (R\$1.478 em 2016).

. Auto de infração 012749 recebido em 2017 com valor pedido de R\$5.010, onde se discute questões relacionadas a licença ambiental.

. Ação 0815274-18.2016.8.15.0001 com valor envolvido de R\$1.512 (R\$1.404 em 2016), onde se discute questões relacionadas reclamação de consumo de energia elétrica.

. Ação 0029611-20.2013.815.0011 com valor envolvido de R\$1.270 (R\$1.242 em 2016), onde se discute questões relacionadas reclamação de consumo de energia elétrica.

#### Fiscais

Ações de natureza fiscais e tributárias no montante R\$40.070 (R\$25.504 em 2016), referem-se basicamente a discussões sobre: (i) ICMS incidente sobre a demanda de energia; (ii) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS; (iii) diferencial de alíquota; e (iv) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, entre outros.

O incremento no exercício de R\$14.566, refere-se principalmente ao recebimento Auto de Infração de R\$12.125, processo nº93300008.09.00000272/2017.01 recebido em 2017, onde se discute questões relacionadas aon aproveitamento de créditos de ICMS.

#### Principais Processos

. Ação 10425.720442/2011-08 onde se discute questões relacionadas a Glosa de Ágio (2006 a 2008) com valor envolvido de R\$12.790 (R\$11.849 em 2016);

. Ação 10425-722.314/2013-52 onde se discute questões relacionadas a Glosa de Ágio CSLL/IRPJ com valor envolvido de R\$4.779 (R\$4.029 em 2016);

. Auto de Infração 0807386-61.2017.815.0001 recebido em 2017, onde se discute questões relacionadas ICMS com valor envolvido de R\$3.819;

. Auto de Infração 93300008.09.00000272/2017.01 recebido em 2017, onde se discute questões relacionadas ICMS com valor envolvido de R\$12.125.

## 20 Patrimônio Líquido

### 20.1 Capital Social

O capital social, subscrito e integralizado é de R\$78.159 (R\$73.540 em 2016) e está representado por 292.919 ações ordinárias, todas nominativas sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de abril de 2017, foi deliberado o aumento de capital social da Companhia em R\$4.619, sem emissão de novas ações, mediante capitalização do saldo da reserva de lucros - redução de imposto de renda.

O capital social da Companhia poderá ser aumentado, por subscrição, independentemente de modificação estatutária até o limite de 540 mil ações, cabendo ao Conselho de Administração a deliberação sobre forma, condições da subscrição e integralização das ações bem como as características das ações a serem emitidas e o preço de emissão.

### 20.2 Reserva de capital - reserva especial de ágio

Constituída em face da incorporação da controladora. Conforme mencionado na nota explicativa nº12, representa o benefício fiscal do ágio que será incorporado ao capital social da Companhia, conforme prerrogativa da Administração, à medida que for apurado benefício fiscal em decorrência da amortização da parcela correspondente do ágio que lhe deu origem.

### 20.3 Reserva de lucros - reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social, de acordo com o Artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

### 20.4 Reserva de lucros - redução de imposto de renda

A Companhia, por atuar no setor de infraestrutura na região Nordeste, obteve a redução do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Esta redução foi aprovada através do Laudo Constitutivo nº 206/2012 - SUDENE, que impõe algumas obrigações e restrições:

- (i) O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;
- (ii) O valor deve ser contabilizado como reserva de lucros e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte à apuração e/ou utilizado para compensação de prejuízos, com aprovação em AGO/AGE; e
- (iii) O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a produção na região incentivada.

A partir da edição da Lei nº 11.638/07, e Lei nº 11.941/09 os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do exercício com posterior transferência para reservas de lucros - reserva de redução de imposto de renda. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a Companhia apurou R\$4.373 (R\$4.619 em 2016) de redução de imposto de renda e adicionais.

## 20.5 Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e permite a distribuição de dividendos apurados com base em resultados intermediários.

Os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação.

A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	30.739	16.935
Reserva legal (5%)	-	(847)
Reserva de lucros - reserva de redução de imposto de renda	(4.373)	(4.619)
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>26.366</b>	<b>11.469</b>
Dividendos obrigatórios (25%)	6.592	2.867
Dividendos antecipados pagos (*):		
. Em 31/08/2017 - R\$42,41 por ação (R\$22,02 em 2016)	12.422	6.451
. Em 28/12/2017 - R\$13,66 por ação (R\$5,58 em 2016)	4.002	1.636
	<b>16.424</b>	<b>8.087</b>
Dividendos adicionais propostos: R\$50,85 (R\$9,76 em 2016) por ação (**)	9.942	3.382
<b>Total dos dividendos</b>	<b>26.366</b>	<b>11.469</b>
% sobre o lucro líquido ajustado	100	100

(\*) Os dividendos antecipados aprovados pelas RCAs de 09 de agosto e 20 de dezembro de 2017 (12 de agosto e 30 de novembro de 2016) foram calculados sobre o resultado apurado com base no balanço patrimonial de 30 de junho e 30 de setembro (30 de junho e 30 de setembro de 2016)

(\*\*) Os dividendos adicionais propostos foram registrados na rubrica específica de dividendos a pagar dentro do próprio Patrimônio Líquido, de acordo com as normas do ICPC-08 e serão pagos em data a ser definida em RCA.

## 21 Receita operacional

	2017			2016		
	Fora do escopo dos auditores independentes		R\$	Fora do escopo dos auditores independentes		R\$
	Nº de consumidores	MWh		Nº de consumidores	MWh	
Residencial	177.781	240.370	143.011	176.411	235.707	139.988
Industrial	554	64.819	33.315	566	122.458	56.567
Comercial	14.781	140.288	81.666	14.875	146.788	83.468
Rural	15.253	23.792	9.593	15.150	23.792	9.426
Poder público	1.463	32.416	17.747	1.440	32.689	17.618
Iluminação pública	73	39.240	14.103	73	33.411	11.822
Serviço público	67	8.108	2.912	66	6.880	2.454
Consumo próprio	9	261	-	11	265	-
<b>Subtotal</b>	<b>209.981</b>	<b>549.294</b>	<b>302.347</b>	<b>208.592</b>	<b>601.990</b>	<b>321.343</b>
Suprimento	1	114.493	39.463	1	134.801	29.721
Fornecimento não faturado líquido	-	623	612	-	(402)	(580)
Disponibilidade do sistema de transmissão e de distribuição	12	-	11.119	7	-	2.289
Receita de construção da Infraestrutura (1)	-	-	12.531	-	-	14.956
Outras receitas operacionais	-	-	2.632	-	-	2.841
Valor Justo Ativo Indenizável	-	-	2.534	-	-	1.396
(-) Ultrapassagem demanda (2)	-	-	(356)	-	-	(283)
(-) Excedente de reativos (2)	-	-	(831)	-	-	(920)
Constituição e Amortização - CVA Ativa e Passiva (3)	-	-	13.820	-	-	(16.377)
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	16.079	-	-	13.221
<b>Total - receita operacional bruta</b>	<b>209.994</b>	<b>664.410</b>	<b>399.950</b>	<b>208.600</b>	<b>736.389</b>	<b>367.607</b>
Deduções da receita operacional						
ICMS	-	-	78.373	-	-	80.870
PIS	-	-	5.693	-	-	5.497
COFINS	-	-	27.033	-	-	25.319
ISS	-	-	123	-	-	116
Deduções bandeiras tarifárias (4)	-	-	8.388	-	-	704
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	1.190	-	-	1.041
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	24.600	-	-	27.945
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	1.190	-	-	1.042
Taxa de Fiscalização dos serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	331	-	-	364
<b>Total - deduções receita operacional</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>146.921</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>142.898</b>
<b>Total - receita operacional líquida</b>	<b>209.994</b>	<b>664.410</b>	<b>253.029</b>	<b>208.600</b>	<b>736.389</b>	<b>224.709</b>

- (1) A receita de construção da infraestrutura está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.
- (2) A Companhia passou em 2017 pelo processo do 4º ciclo de revisão tarifária, por essa razão os valores decorrentes da Receita de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente foram apropriados em passivos financeiros setoriais - devolução tarifárias conforme determina o despacho da ANEEL nº 245 de 28 de janeiro de 2016 (vide nota explicativa nº 9).
- (3) Refere-se a montante de ativos e passivos financeiros setoriais reconhecidos no resultado do exercício de acordo com a OCPC 08.
- (4) A partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O acionamento da bandeira tarifária será sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica no país.

A ANEEL, através do Ofício nº 185 de 08 de abril de 2015, com alteração efetuada pelo Despacho nº 245 de 28 de janeiro de 2016, estabeleceu novos procedimentos contábeis para registro das Receitas Adicionais das Bandeiras Tarifárias. Pela alteração proposta, os montantes das bandeiras passam a ser registrados na receita operacional.

As receitas auferidas pela Companhia referentes as Bandeiras Tarifárias no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram de R\$11.178 (R\$5.860 em 2016), tendo repassado para Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias CCRBT o montante de R\$8.388 (R\$704 em 2016). Dessa forma, o efeito líquido das bandeiras tarifárias no resultado da Companhia em 2017 foi de R\$2.790 (R\$5.156 em 2016).

Para os meses de janeiro a novembro de 2017 e exercício de 2016 a Aneel homologou os valores conforme abaixo:

Meses	Despacho	2017	2016
Janeiro	Nº 592 de 02 de março de 2017 (Nº 265 de 01 de fevereiro de 2016)	(5)	-
Fevereiro	Nº 899 de 30 de março de 2017 (Nº 797 de 30 de março de 2016)	(3)	2
Março	Nº 1237 de 05 de maio de 2017 (Nº 1.061 de 02 de maio de 2016)	453	-
Abril	Nº 1492 de 30 de maio de 2017 (Nº 1.431 de 31 de maio de 2016)	945	-
Maio	Nº 1944 de 04 de julho de 2017 (Nº 1.734 de 29 de julho de 2016)	1.185	1
Junho	Nº 2.330 de 01 de agosto de 2017 (Nº 2.045 de 29 de julho de 2016)	491	4
Julho	Nº 2.742 de 30 de agosto de 2017 (Nº 2.298 de 29 de agosto de 2016)	520	7
Agosto	Nº 3.365 de 02 de outubro de 2017 (Nº 2.626 de 30 de setembro de 2016)	976	5
Setembro	Nº 3.711 de 01 de novembro de 2017 (Nº 2.882 de 01 de novembro de 2016)	960	7
Outubro	Nº 4.068 de 04 de dezembro de 2017 (Nº 3.147 de 01 de dezembro de 2016)	1.181	2
Novembro	Nº 0.002 de 02 de janeiro de 2018 (Nº 3.415 de 29 de dezembro de 2016)	1.686	461
Dezembro	Valores de 2017 foram estimados, enquanto de 2016 foram homologados pelo despacho Nº 290 de 31 de janeiro de 2017.	(1)	215
<b>Total</b>		<b>8.388</b>	<b>704</b>

(5) A Companhia passou em 2017 pelo processo do 4º ciclo de revisão tarifária, por essa razão os valores decorrentes da Receita de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente foram apropriados em passivos financeiros setoriais - devolução tarifárias conforme determina o despacho da ANEEL nº 245 de 28 de janeiro de 2016 (vide nota explicativa nº 9).

## 22 Custos e Despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício, possuem a seguinte composição por natureza de gastos:

Natureza do gasto	Custo do serviço			Despesas operacionais	Total	
	Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Gerais e administrativas	2017	2016
Energia elétrica comprada para revenda(*)	140.746	-	-	-	140.746	128.604
Encargo de uso-sistema de transmissão e distribuição (*)	16.627	-	-	-	16.627	15.466
Pessoal e administradores	-	12.516	6	7.625	20.147	17.302
Entidade de previdência privada	-	46	-	313	359	145
Material	-	2.040	12	234	2.286	1.991
Serviços de terceiros	-	4.490	-	9.027	13.517	15.678
Depreciação e amortização (*)	-	3.837	-	918	4.755	7.193
Provisão p/créditos de liquidação duvidosa	-	904	-	-	904	1.667
Reversão de provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	-	-	-	(2.334)	(2.334)	(2.075)
Custo de construção da infraestrutura	-	-	12.531	-	12.531	14.956
Outras	-	974	(8)	2.142	3.108	2.479
	<b>157.373</b>	<b>24.807</b>	<b>12.541</b>	<b>17.925</b>	<b>212.646</b>	<b>203.406</b>

(\*) A Companhia registrou no exercício, crédito de PIS e COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$62 (R\$35 em 2016).

### Energia Elétrica comprada para revenda

	MWH (**)		R\$	
	2017	2016	2017	2016
Energia de leilão	349.641	397.272	79.071	74.255
Energia bilateral	89.177	89.431	20.608	22.249
Cotas de Angra REN 530/12	27.674	27.750	6.123	5.593
Energia de curto prazo - CCEE (*)	-	-	9.051	16.744
Cotas Garantia Física-Res. Homol. ANEEL 1410 - Anexo I	237.290	267.022	34.016	16.686
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	13.611	17.117	4.394	5.346
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(12.517)	(12.269)
<b>Total</b>	<b>717.393</b>	<b>798.592</b>	<b>140.746</b>	<b>128.604</b>

(\*) Inclui demais custos na CCEE tais como, efeitos da CCEARs, liminares/ajuste de energia leilão, efeito de cotas de garantia física, efeito cotas de energia nuclear e exposição de cota itaipu.

(\*\*) Informações fora do escopo dos auditores independentes.



## 23 Outros resultados

	2017	2016
<b>Outras receitas:</b>		
Ganhos na desativação/alienação de bens e direitos	461	880
Outros	-	95
	<b>461</b>	<b>975</b>
<b>Outras despesas:</b>		
Perdas na desativação/alienação de bens e direitos	(1.508)	(1.819)
Outros	(335)	(453)
	<b>(1.843)</b>	<b>(2.272)</b>
<b>Total</b>	<b>(1.382)</b>	<b>(1.297)</b>

## 24 Receitas e despesas financeiras

	2017	2016
<b>Receitas financeiras</b>		
Receita de aplicações financeiras	2.555	4.066
Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida	4.012	4.454
Juros ativos financeiros setoriais	857	680
Juros Selic s/ impostos a recuperar	600	2.456
Tributos s/ receitas financeiras	(738)	(507)
Outras receitas financeiras	5.764	1.918
<b>Total receita financeira</b>	<b>13.050</b>	<b>13.067</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Encargos de dívidas - juros	(5.395)	(4.942)
Variação monetária e cambial	(1.226)	438
(-) Transferência para ordens em curso	75	667
Marcação a mercado da dívida	624	(915)
Marcação a mercado derivativos	317	23
Instrumentos financeiros derivativos	(1.004)	(2.616)
Atualização de provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	(156)	(508)
Ajuste valor presente ativo	1.072	506
Juros passivos financeiros setoriais	(2.192)	(1.834)
Despesas bancárias	(736)	(686)
Comissão de aval	(755)	(587)
Multas e juros s/ tributos e contribuições	(1.594)	(2.323)
Outras despesas financeiras	(2.837)	(1.749)
<b>Total despesa financeira</b>	<b>(13.807)</b>	<b>(14.526)</b>
<b>Despesas financeiras líquidas</b>	<b>(757)</b>	<b>(1.459)</b>

## 25 Lucro por ação

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do exercício atribuível e a respectiva quantidade de ações ordinárias e preferenciais em circulação.

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	30.739	16.935
Média ponderada das ações	292.919	292.919
Lucro líquido básico e diluído por ação - R\$ (*)	104,94	57,81

(\*) A Companhia não possui instrumento diluidor.

## 26 Cobertura de seguros

A política de seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			2017	2016
Risco Operacional	07/11/2018	39.000	43	37
Responsabilidade Civil Geral	23/11/2018	50.600	39	45
Frota- Danos Materiais e Corporais a Terceiros	23/10/2018	Até R\$ 360 / Veículo	18	24
Vida em Grupo - Morte e Acidentes Pessoais (*)	31/12/2018	10.184	30	30
Responsabilidade Civil Administradores e Diretores (D&O)	26/11/2018	50.000	6	9
			<b>136</b>	<b>145</b>

(\*) Importância segurada relativa ao mês de dezembro/17 e prêmio anualizado.

## 27 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

ATIVO	Nível	2017		2016	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e equivalente de caixa	2	67.981	67.981	18.708	18.708
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	13.778	13.778	8.350	8.350
Consumidores e concessionárias	2	48.064	48.064	48.075	48.075
Conta a receber da concessão	3	55.615	55.615	47.949	47.949
Ativos financeiros setoriais	3	47.137	47.137	15.709	15.709
Instrumentos financeiros derivativos	2	1.144	1.144	645	645

PASSIVO	Nível	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Fornecedores	2	23.543	23.543	20.495	20.495
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	2	125.188	125.184	61.509	61.572
Passivos financeiros setoriais	3	43.474	43.474	23.344	23.344
Instrumentos financeiros derivativos	2	1.172	1.172	2.034	2.034

## Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função de a Companhia ter classificado os respectivos contas a receber da concessão e ativos e passivos financeiros setoriais como disponíveis para venda, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos no resultado do exercício de R\$1.199 (R\$242 em 2016), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas nas notas explicativas nº 9 e 13.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 2017 e 2016, estão identificadas a seguir:

### Não derivativos - classificação e mensuração

#### Empréstimos e recebíveis

Incluem consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber, outros créditos e contas a receber da concessão e ativo financeiro setorial líquido. São inicialmente mensurados pelo custo amortizado, usando-se a taxa de juros efetiva, sendo seus saldos aproximados ao valor justo.

#### Aplicações financeiras avaliados ao valor justo por meio do resultado e ao custo amortizado

Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimentos são avaliados ao seu valor justo por meio do resultado, exceto se mantidos até o vencimento, quando a Companhia manifestar intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, esses ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

#### Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

#### Passivos financeiros pelo custo amortizado

Fornecedores - são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas - Os instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados aos investimentos, obtidos em moeda nacional, junto a Eletrobrás, BNB, BNDES e empréstimos com bancos comerciais, se aproximam de seus respectivos valores justos, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. O valor justo dos passivos financeiros que são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados (fonte:

CETIP). Para os instrumentos financeiros sem mercado ativo, sendo esse o FIDC, a Companhia estabeleceu o seu valor justo como sendo equivalente ao valor contábil do instrumento. Para algumas das dívidas a Companhia realizou a opção pela designação ao valor justo por meio do resultado, conforme descrito abaixo.

### Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap* e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

### Hedge Accounting

Em 01 de julho de 2015, a Companhia efetuou a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo “swap” (instrumento de hedge) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI como hedge accounting. Em 31 de dezembro de 2017 essas operações, assim como as dívidas (objeto do hedge) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de “hedge” de valor justo. Em tais designações de hedge a Companhia documentou: (i) a relação de hedge; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o hedge e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do hedge.

Os contratos de “swap” são designados e efetivos como “hedge” de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o exercício, o “hedge” foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como hedge (R\$36 em 2016), reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

### Fair Value Option

A Companhia optou pela designação formal de novas operações de dívidas contratadas no exercício de 2016, para as quais a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo “swap” para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (“Fair Value Option”) tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os “swaps” quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Em 31 de dezembro de 2017, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua re-mensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Durante o exercício, o valor contábil das dívidas designadas como “Fair Value Option” foi impactado em R\$624 (R\$951 em 2016) e reconhecido como resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

A Companhia não possui avaliação de risco de crédito ou instrumento derivativo contratado para esta exposição. Na avaliação da Companhia, a alteração do risco de crédito não tem impacto significativo.

### Incertezas

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no

mercado de troca corrente.

### Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro" (revista a cada 2 anos) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

### Gestão de risco de Capital

O índice de endividamento no final do exercício é como segue:

	2017	2016
Dívida (a)	125.188	61.509
Caixa e equivalentes de caixa	(67.981)	(18.708)
Dívida Líquida	57.207	42.801
Patrimônio Líquido (b)	126.504	115.571
Índice de endividamento Líquido	0,45	0,37

(a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado na nota explicativa nº 16.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

### a) Risco de liquidez

A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

As maturidades contratuais dos principais passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são as seguintes:

	Taxa média de juros efetiva ponderada	Até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	-	1.584	-	-	-	1.978	3.562
Empréstimos financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	9,01%	9.839	28.907	98.568	8.502	586	146.402
Instrumentos Financeiros Derivativos		(1.005)	(167)	1.144	-	-	(28)
<b>Total</b>		<b>10.418</b>	<b>28.740</b>	<b>99.712</b>	<b>8.502</b>	<b>2.564</b>	<b>149.936</b>

O risco de liquidez representa o risco da Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

#### b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro". Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração da Companhia vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

#### *Exposição a riscos de crédito*

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2017	2016
Caixa e equivalente de caixa	5.1	67.981	18.708
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	13.778	8.350
Consumidores e concessionárias	6	48.064	48.075
Ativos financeiros setoriais	9	47.137	15.709
Conta a receber da concessão	13	55.615	47.949
Instrumentos financeiros derivativos	27	1.144	645

#### c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 16, é composta de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás e BNDES) e outras instituições financeiras do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face de seus negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo "método do custo amortizado" com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as operações de vendas de opções vinculadas aos swaps dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, com alta de 1,50% sobre 31 de dezembro de 2016, cotado a R\$3,3080/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2017 era de 11,95%, enquanto em 31 de dezembro de 2016 era de 14,40%.

Do montante das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 31 de dezembro de 2017, de R\$125.321 (R\$61.649 em 2016), R\$41.321 (R\$21.280 em e 2016) estão representados em dólares conforme nota explicativa nº 16. As operações que possuem proteção cambial e os respectivos instrumentos financeiros utilizados estão detalhadas abaixo.

Os empréstimos em dólares têm custo de até variação cambial + 4,85% ao ano e possuem vencimentos de curto e longo prazo, sendo o último vencimento em novembro de 2020.

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 a Companhia apresenta R\$1.144 (R\$645 em 2016) no ativo não circulante, R\$1.172 (R\$2.034 em 2016) no passivo circulante, a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores

usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar. Não se tratam de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de “hedge” e não reflete a expectativa da Administração. À medida que os limitadores estabelecidos para as operações vigentes não forem ultrapassados, conforme abaixo descrito, deverá ocorrer a reversão dos lançamentos de marcação a mercado ora refletido nas demonstrações financeiras. Por outro lado, uma maior deterioração da volatilidade, do cupom cambial e da cotação do dólar, poderá implicar no aumento dos valores ora contabilizados.

A Companhia possui proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados ao dólar, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Resolução 4131 - Itaú BBA	6.061	VC + 5,71%	CDI + 3,35%	02/07/2018	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	6.135	VC + (Libor + 0,97%) x 117,65%	116,00% CDI	13/11/2020	Fair Value Option

A Companhia designa certos instrumentos de “hedge” relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros e taxa pré-fixada dos empréstimos como “hedge” de valor justo (“fair value hedge”), conforme demonstrado abaixo:

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2017	2016		2017	2016
Dívida designada para “Fair Value Option”	40.000	20.000	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(41.321)	(21.279)
Swap Cambial (Derivativo)	40.000	20.000	Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	41.321	21.279
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(41.349)	(22.668)
			Posição Líquida Swap	(28)	(1.389)
			Posição Líquida Dívida + Swap	(41.349)	(22.668)

O valor justo dos derivativos contratados pela Companhia em 2017 e 2016 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 16 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps), essas taxas estão dispostas abaixo com periodicidade mensal e abrangem o período de 1º de outubro de 2013 até o vencimento de todas as operações de derivativos. A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BMF.

### Análise de Sensibilidade

De acordo com a Instrução CVM 475/08 e a Deliberação nº 604/2009, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros estão expostos, conforme demonstrado:

#### (1) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de dezembro de 2017, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável (*))	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(40.000)		(37.354)	(47.023)	(56.692)
Varição Dívida	-		2.646	(7.023)	(16.692)
Swap Cambial					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - USD e LIBOR	41.321		38.675	48.344	58.013
Varição - USD e LIBOR	-		(2.646)	7.023	16.692
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	(41.349)		(41.349)	(41.349)	(41.349)
Varição - Taxa de Juros CDI	-	Alta US\$	-	-	-
Subtotal	(28)		(2.674)	6.995	16.664
Total Líquido	(40.028)		(40.028)	(40.028)	(40.028)

(\*) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do dólar futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de dólar é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre dólar spot, CDI, cupom cambial e dólar futuro seja sempre válida.

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 31 de dezembro de 2017, atingem seu objetivo, o que é refletido no valor presente negativo de R\$ 40.028, que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), maiores serão os resultados positivos dos *swaps*. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, observaríamos períodos de ultrapassagem de alguns dos limitadores atualmente vigentes, levando a valor presente negativo de R\$ 40.028 em ambos os casos.

## (2) Variação das taxas de juros

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2017 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 9,94%, TJLP = 7,12 ao ano e FNE = 8% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (1)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	75.953	Alta CDI	5.127	6.409	7.690
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(41.349)	Alta CDI	(2.791)	(3.489)	(4.187)
	(45.059)	Alta CDI	(3.042)	(3.803)	(4.563)
	(19.526)	Alta TJLP	(1.367)	(1.709)	(2.051)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	Alta IPCA	-	-	-
	(17.063)	Alta SELIC	(1.004)	(1.255)	(1.506)
Subtotal (2)	(122.997)		(8.204)	(10.256)	(12.307)
Total -perdas (2)	(47.044)	-	(3.077)	(3.847)	(4.617)

(\*) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2018 (6,75% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2017, TJLP 7,0%, Selic 6,75% ao ano e recursos do FNE de 8% ao ano (operações contratadas junto ao Banco do Nordeste já refletindo o bônus de adimplemento).

(\*\*) Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R\$ 2.324.



## Gerenciamento de risco de liquidez

O risco de liquidez representa o risco da Companhia enfrenar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

## 28 Benefícios pós emprego

### a) Plano de suplementação de aposentadoria e pensões

A Companhia é patrocinadora de dois planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, um na modalidade de contribuição definida (CD) e outro na modalidade de benefício definido (BD), este último fechado para novas inscrições.

O plano de benefícios CD, administrado pela EnergisaPrev-Fundação Energisa de Previdência, por ser de modalidade contribuição definida puro, tem seus benefícios de riscos totalmente terceirizados com seguradora, dessa forma não sujeito à avaliação atuarial no âmbito do CPC 33. Em 31 de dezembro de 2017 o plano possuía 1 participante ativo e nenhum assistido ou pensionista.

O plano de benefícios BD é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

Os saldos reconhecidos no resultado de 2017, que compreendem o custo do serviço corrente, juros, custo do serviço passado e o efeito de quaisquer acordos e liquidações, foram determinados pelo Método de Crédito Unitário Projetado. Já os saldos reconhecidos no balanço foram mensurados com base no valor presente dos desembolsos futuros menos o valor justo dos ativos do plano.

Plano Beneficiário	Contribuição anual		% s/folha de pagamento		Superávit atuarial	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Plano BD	46	71	0,49%	0,87	1.140	1.694
Plano CD	144	-	1,55%	-	-	-

O Superávit referente ao plano BD não foi registrado.

As reservas técnicas para fins de atendimento às normas estabelecidas pela PREVIC - Subsecretaria de Previdência Complementar, são determinadas por atuário da própria BBPrevidência.

A seguir está demonstrada a posição atuarial em 2017 e 2016, dos passivos relacionados ao plano BD de aposentadoria, de acordo com as regras estabelecidas pelo CPC 33. O Método da Unidade de Crédito Projetada foi utilizado para apuração da obrigação atuarial:

	2017	2016
Valor presente das obrigações atuariais	(8.973)	(7.897)
Valor justo dos ativos do plano	10.113	9.591
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	1.140	1.694
<b>Ativo líquido</b>	<b>1.140</b>	<b>1.694</b>

Demonstração das despesas para o exercício de 2018 e 2017, segundo critérios do CPC 33:

	2018	2017
Custo do serviço corrente	170	170
Custo dos juros	818	918
Custo do serviço passado	106	202
Rendimento esperado do ativo do plano	(924)	(1.120)
<b>Total despesa (receita) a ser reconhecida</b>	<b>170</b>	<b>170</b>

Demonstração da movimentação do compromisso da patrocinadora líquido do exercício:

	2017	2016
Ativo atuarial líquido no início do exercício	1.694	2.557
Receitas correntes	31	204
Efeito do limite do teto do ativo	(756)	-
Contribuições da Companhia	37	54
Outros resultados abrangentes	134	(1.121)
<b>Ativo atuarial líquido do final do exercício</b>	<b>1.140</b>	<b>1.694</b>

Em 2017 e 2016, a demonstração do valor justo dos ativos é apresentada como segue:

	2017	2016
Valor justo dos ativos no início do exercício	9.591	8.128
Benefícios pagos	(375)	(399)
Contribuições de participantes vertidas no ano	35	56
Contribuições da patrocinadora vertidas no ano	37	54
Rendimento efetivo dos ativos	1.120	669
Ganhos (perdas) dos ativos	(295)	1.083
<b>Valor justo dos ativos</b>	<b>10.113</b>	<b>9.591</b>

Em 2017 e 2016 a demonstração do valor presente das obrigações é demonstrada como segue:

	2017	2016
Saldo no início do exercício	7.897	5.571
Benefícios pagos no ano	(375)	(399)
Contribuições de participantes	35	56
Juros sobre obrigação atuarial	918	731
Custo do serviço corrente (com juros)	170	147
Ganhos (perdas) nas obrigações atuariais	328	1.791
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>8.973</b>	<b>7.897</b>

### Hipóteses econômicas e demográficas aplicadas a todos os planos

Taxas ao ano	Avaliação atuarial 2017	Avaliação atuarial 2016
Taxa de desconto atuarial	5,14%	6,10%
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos	9,35%	11,94%
Taxa de crescimento salarial (*)	3,00%	3,00%
Taxa de inflação projetada	4,00%	5,50%
Tábua de mortalidade Geral	BR-EMS 2015 por sexo	AT 2000 Suav. 10% por sexo
Tábua de mortalidade de inválidos	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo
Tábua de entrada em invalidez	Light média	Light média

(\*) acima da inflação futura.

A seguir apresentamos um resumo dos dados que foram utilizados para a avaliação atuarial do plano de benefícios BD oferecido pela Energisa BO aos seus empregados:

Descrição	2017	2016
Participantes Ativos		
Número	46	49
Idade Média	46	45
Tempo de participação (anos)	20	19
Salário de Participação Médio	R\$2,87	R\$3,21
Participantes Assistidos		
Número	10	9
Idade Média	65	67
Benefício Médio Mensal	R\$3,37	R\$3,45
Pensionistas		
Número de Pensionistas	3	3
Benefício Médio por Grupo Familiar	R\$0,66	R\$0,60

Uso de estimativas: os compromissos atuariais com os planos de suplementação de aposentadoria e pensões são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados. Os superávits com planos de benefícios a empregados não são contabilizados, devido as restrições na sua utilização.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

#### b) Plano de saúde

A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano desde que assumam a totalidade do custeio, não cabendo a Companhia, qualquer vínculo e ou obrigação pós emprego com esses empregados.

No exercício de 2017, as despesas com esse benefício foram de R\$1.076 (R\$1.086 em 2016).

## 29 Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

Vigência	Contrato de compra de energia - reais mil				
	2018	2019	2020	2021	Após 2021
2018 a 2048	99.220	99.721	88.887	88.999	1.392.730

(\*) Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e Itaipu.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente findo do exercício de 2017 e foram homologados pela ANEEL.

## 30 Meio ambiente (\*)

A Companhia trata os impactos sociais e ambientais de seus serviços e instalações, através de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente, dentre as quais merecem destaque:

1. Redes isoladas: são usados cabos isolados nas redes onde a arborização poderia ser mais afetada pelo contato com a baixa tensão energizada, e os vãos são dimensionados dentro do possível para preservar o equilíbrio ecológico. Da mesma forma, são usados cabos protegidos nas redes de média tensão que têm proximidades com arborização, de forma a evitar podas indesejáveis.
2. Redes e linhas: para as extensões de redes e linhas que passem em regiões de mata, ou outro tipo de área de preservação permanente, a empresa faz o RAS - Relatório Ambiental Simplificado e apresenta as possíveis e eventuais medidas mitigadoras e/ou compensatórias a serem implementadas, à sua execução conforme previsto nas Normas Brasileiras de Distribuição, bem como as adotadas pela Companhia.
3. Nas construções das subestações, além dos Relatórios Ambientais Simplificados - RAS, como também a elaboração de Estudo de Viabilidade Ambiental - EVA; Plano de Controle Ambiental - PCA; e Inspeções Ambientais.
4. Estímulo à educação ambiental, no intuito de aumentar a conscientização dos colaboradores e da comunidade para realizar ou utilizarem os recursos naturais de forma racional e sustentável e otimizando a qualidade de vida dos colaboradores, fornecedores e da comunidade.
5. Operacionalização do Sistema de Gestão Integrada de Saúde, Segurança e Meio Ambiente, que atende aos requisitos estabelecidos pelas OHSAS 18.001 - Saúde e Segurança e ISO 14.001 - Meio Ambiente. Com esse sistema, a Companhia, pretende mitigar as condições de risco em suas atividades diárias de forma a prevenir acidentes e doenças do trabalho;
6. A realização sistemática e permanente de análises em amostras de óleo isolante, verificando-se a não existência de indícios de ascarel e/ou de impurezas, de forma a eliminá-los dos equipamentos da empresa, ratificando, assim, o cumprimento dos requisitos legais.
7. Disposição e tratamento de resíduos: além de ter conhecimento da natureza e das quantidades de resíduos gerados durante seu processo de produção, possui procedimentos para manuseio, transporte e destinação final de produtos. A Companhia tem consciência de sua responsabilidade ambiental, procedendo desta forma à regeneração de óleos isolantes utilizados em seus equipamentos, recuperação de óleo lubrificante industrial, garantindo a reutilização deste material e evitando a poluição do meio ambiente. A disponibilização de papa-lâmpada e papa-pilha, bateria e cartuchos, para os colaboradores depositarem os resíduos, com destinação de forma adequada através de empresa devidamente licenciadas.
8. Desenvolvimento de campanhas de redução de consumo de água e energia, educação com base nos 3R's (Reduzir, Reutilizar e Reciclar) e educação para o consumo consciente, através da distribuição de cartilhas e palestras nas escolas (Dia da Água, Semana do Meio Ambiente, dia da Árvore), e da divulgação interna (intranet, adesivos e cartazes fixados pela empresa e proteção de tela dos computadores).
9. Contratação de fornecedores que, comprovadamente, tenham boa conduta ambiental. E informa aos parceiros e clientes sobre as boas práticas adotadas pela empresa na preservação e defesa do meio ambiente que visam em suma preservar a vida.
10. Atuação junto ao poder público municipal e estadual para incluir a compatibilidade com a arborização no planejamento de obras e treinamento de procedimentos adequados para poda de árvores.
11. Atua junto ao poder público municipal para incluir a compatibilidade com a arborização no planejamento de obras e junto à Universidades e Órgãos do Meio Ambiente no apoio a treinamento de procedimentos adequados para poda de árvores.
12. Eficiência Energética, que contribuiu para a educação da população quanto ao uso racional, eficiente e seguro da energia elétrica, a redução do consumo de energia elétrica, com a substituição de lâmpadas, doação de equipamentos eficientes com selo Procel e adequação das instalações elétricas internas, e em casos específicos, implantação do padrão de entrada em comunidades de baixo poder.
13. Programa de manutenção preventiva e corretiva, que tem importante papel na redução dos níveis de poluição atmosférica.
14. Apoio a Cooperativa CONTRAMAERE, promovida pela UFCG- Universidade Federal de Campina Grande, que atua na região do planalto da Borborema, especificamente em Campina Grande. Com a missão de desenvolver pesquisas e reciclagem dos resíduos sólidos.

15. Na Operação das Subestações realizamos a elaboração de Laudo de Ruído de Fundo, como também Laudo de Conformidade Eletromagnética e Laudo do Sistema de Para raios.
16. Projeto de Reforma Civil em Subestações que consiste na construção de bacia de contenção de óleo isolante e sistema separador de água óleo, com o objetivo de mitigar a área contaminada caso ocorra vazamento de óleo nos transformadores de grande porte.
17. Concepção de sistema de parede corta fogo adotado nos projetos de novas subestações, com o objetivo de impedir a expansão do fogo em caso de ocorrência de incêndio envolvendo transformadores de força.

No exercício de 2017, os montantes investidos nos projetos acima descritos totalizaram R\$1.507 (R\$974 em 2016), sendo R\$1.079 (R\$963 em 2016) alocados no ativo intangível e R\$428 (R\$11 em 2016) em despesas operacionais.

(\*) informações fora do escopo dos auditores independentes.

### 31 Informações adicionais ao fluxo de caixa

Em 2017 e 2016, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como seguem:

	2017	2016
<b>Atividades operacionais</b>		
Contas a receber da concessão - Bifurcação de Ativos	5.573	5.695
Contas a receber da concessão -Ativo financeiro indenizável da concessão	2.534	1.396
Pagamento de Fornecedores a prazo	1.134	738
<b>Atividades de investimentos</b>		
Aquisição de intangível em processo de pagamento	1.134	738
<b>Atividades de financiamento</b>		
Capitalização de reservas	4.619	8.001

### 32 Eventos subsequentes

#### . Bandeiras tarifárias:

A Aneel definiu a aplicação da Bandeira Verde para os meses de janeiro a março de 2018, resultado de análises do cenário hidrológico do país.

#### . Homologação reajuste tarifário:

Em 30 de janeiro de 2018, a ANEEL através da Resolução Nº 2.367, Nota Técnica nº 17/2018-SGT/ANEEL, homologou o reajuste tarifário a vigorar a partir de 04 de fevereiro de 2018. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi um aumento médio de 18,21%.

Nível de Tensão	Efeito Médio para o Consumidor da EBO
Baixa Tensão	+16,83%
Alta e Média Tensão	+21,54%
<b>Total</b>	<b>+18,21%</b>

#### Empréstimos Liquidados Antecipadamente

Em 08 de Fevereiro de 2018 a Companhia efetuou a liquidação antecipada junto ao Itau Unibanco S/A e ao Banco Bradesco S/A dos financiamentos contratados junto ao BNDES Participações S.A - BNDESPAR que venceriam em Novembro de 2021 no valor de R\$9.583.

## Conselho de Administração

---

**Ivan Müller Botelho**

Presidente

**Ricardo Perez Botelho**

Vice-Presidente

**André La Saigne de Botton**

Conselheiro

**Marcílio Marques Moreira**

Conselheiro

**Omar Carneiro da Cunha Sobrinho**

Conselheiro

**Marcelo Silveira da Rocha**

Conselheiro

**Maurício Perez Botelho**

Suplente

## Diretoria Executiva

---

**André Luís Cabral Theobald**

Diretor Presidente

**Mauricio Perez Botelho**

Diretor Administrativo

**Alexandre Nogueira Ferreira**

Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

**Jairo Kennedy Soares Perez**

Diretor Técnico e Comercial

**Gustavo Nasser Moreira**

Diretor de Suprimentos e Logística

**Daniele Araújo Salomão Castelo**

Diretora de Gestão de Pessoas

**Vicente Cortes de Carvalho**

Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial

CRC-MG 042523/O-7 "S" PB

**Rosilda Régis Vieira da Costa**

Contadora

CRC/PB 3.764/O-8

## Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

---

Aos  
Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S.A.  
Campina Grande - PB

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos pelo Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com nossas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outros assuntos

#### *Auditoria dos valores correspondentes*

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 23 de março de 2017 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

#### *Demonstração do valor adicionado*

A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e o Balanço Social.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e o Balanço Social e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da

Administração e o Balanço Social e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração e/ou no Balanço Social, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as



divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2018.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC - 2SP 015.199/O-6

Roberto Cesar Andrade dos Santos  
Contador CRC - 1RJ 093.771/O-9